

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Débora Anson Lima

**EFEITOS DA VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A MULHER
NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL EM 2019**

Santa Maria, RS
2023

Débora Anson Lima

**EFEITOS DA VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A MULHER
NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL EM 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Economia e Desenvolvimento**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kalinca Léia Becker

Santa Maria, RS
2023

Lima, Débora Anson
Efeitos da violência física contra a mulher no mercado
de trabalho no Brasil em 2019 / Débora Anson Lima.- 2023.
52 p.; 30 cm

Orientador: Kalinca Léia Becker
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, RS, 2023

1. Violência contra a mulher 2. Mercado de trabalho
3. Rendimentos laborais 4. Decomposição Oaxaca-Blinder 5.
Recentered Influence Function I. Becker, Kalinca Léia
II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo
autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, DÉBORA ANSON LIMA, para os devidos fins e sob as penas da lei,
que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese)
foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de
consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas.
Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado
anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando
ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na
anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências
legais.

Débora Anson Lima

**EFEITOS DA VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A MULHER
NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL EM 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia e Desenvolvimento.

Aprovada em 08 de novembro de 2023.

**Kalinca Léia Becker, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

**Clailton Ataídes de Freitas, Dr. (UFSM)
(Membro da Banca Examinadora)**

**Marcela Nogueira Ferrario, Dr^a. (UNILA – videoconferência)
(Membro da Banca Examinadora)**

Santa Maria, RS
2023

À minha tia Luísa, que buscou viver todos os seus dias com plena alegria.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que, sem recurso algum e a despeito das violências que a vida lhe impôs, conseguiu que suas filhas estudassem e chegassem à Universidade.

À minha irmã Natália, por suas risadas rotineiras e por todo cuidado que dedica à minha família; à minha irmã Laura, pela alegria que nos trouxe ao, simplesmente, adentrar em nossas vidas.

À minha esposa, por me apoiar no que podia durante o curso (apesar de não entender o porquê de eu cursar um Mestrado a essa altura da vida).

Aos meus bichinhos, por toda felicidade que me trazem sempre.

À UFRGS, que me proporcionou chegar ao Mestrado e alcançar uma vida que eu jamais conseguiria sem o estudo.

Ao professor Clailton, por suas aulas e por me motivar a seguir mesmo quando eu estava pronta a desistir.

À professora Kalinca, pela paciência em ensinar alguém tão afastada da Academia e por todo o conhecimento transmitido.

“A vida começa quando a violência termina.”
(Maria da Penha Maia Fernandes)

RESUMO

EFEITOS DA VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL EM 2019

AUTORA: Débora Anson Lima
ORIENTADORA: Kalinca Léia Becker

O objetivo deste estudo é analisar os efeitos da violência física contra a mulher sobre os resultados do mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, é utilizado o método de decomposição de Oaxaca-Blinder na verificação da ocorrência de diferentes hiatos salariais entre as mulheres não expostas e expostas à violência física e, associadamente, a ferramenta *Recentered Influence Function* para a generalização dessa decomposição em qualquer ponto da distribuição de rendimentos laborais. Nos resultados obtidos, observa-se que, em todos os quartis analisados, existe uma vantagem salarial do grupo das mulheres não agredidas sobre o grupo das agredidas, sendo ela mais expressiva no nível de renda mais elevada – o que pode indicar que, nos quartis inferiores, os impactos gerados pelas diversas privações a que as mulheres são submetidas impedem que os da violência física sejam evidenciados. Quanto à decomposição, restou verificado que, no 2º e no 3º quartis, 36,73% e 37,21% das respectivas vantagens salariais das mulheres não agredidas se deve ao Efeito de características (decorrente dos fatores observáveis considerados nas regressões propostas), não tendo o Efeito estrutural (definido por questões não observáveis) apresentado significância estatística. No 1º quartil, contudo, foi identificado que a diferença salarial observada pode ser atribuída tanto ao Efeito de características quanto ao Efeito estrutural.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Mercado de trabalho. Rendimentos laborais. Decomposição Oaxaca-Blinder. *Recentered Influence Function*.

ABSTRACT

EFFECTS OF PHYSICAL VIOLENCE AGAINST WOMEN ON THE LABOR MARKET IN BRAZIL IN 2019

AUTHOR: Débora Anson Lima
ADVISOR: Kalinca Léia Becker

The aim of this study is to analyze the effects of physical violence against women on the outcomes of the Brazilian labor market. To do so, the Oaxaca-Blinder decomposition method is employed using data from the 2019 National Health Survey to examine the occurrence of different wage gaps between women who have not been exposed to physical violence and those who have. Additionally, the Recentered Influence Function tool is utilized to generalize this decomposition at any point in the labor income distribution. The results reveal that, in all the analyzed quartiles, there exists a wage advantage for the group of non-abused women over the abused group, with the advantage being more pronounced at higher income levels. This may suggest that in the lower quartiles, the effects generated by various deprivations to which women are subjected prevent the effects of physical violence from being clearly evident. Regarding the decomposition, it was found that in the 2nd and 3rd quartiles, 36.73% and 37.21% of the respective wage advantages of non-abused women are due to the Characteristics Effect (resulting from the observable factors considered in the proposed regressions), with the Structural Effect (defined by unobservable factors) not showing statistical significance. However, in the 1st quartile, it was identified that the observed wage difference can be attributed to both the Characteristics Effect and the Structural Effect.

Keywords: Violence against women. Labor market. Labor income. Oaxaca-Blinder Decomposition. Recentered Influence Function.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Respostas identificadoras de violência física.....	20
TABELA 2 – Discriminação das variáveis e respectivas estatísticas descritivas.....	22
TABELA 3 – Diferenças de rendimentos laborais nos quartis da distribuição.....	33
TABELA 4 – Equação de participação na força de trabalho (emprego).....	34
TABELA 5 – Regressões quantílicas da equação de rendimentos laborais das mulheres não agredidas.....	36
TABELA 6 – Regressões quantílicas da equação de rendimentos laborais das mulheres agredidas.....	36
TABELA 7 – Regressão quantílica da equação de rendimentos laborais do 1º quartil sem a realização do procedimento de Heckman.....	38
TABELA 8 – Decomposição de Oaxaca-Blinder do salário/hora.....	39
TABELA 9 – Decomposição de Oaxaca-Blinder do salário/hora para o 1º quartil sem a realização do procedimento de Heckman.....	40

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
3	REVISÃO DE LITERATURA	16
4	METODOLOGIA	19
4.1	BASE DE DADOS E DISCRIMINAÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	19
4.2	PROCEDIMENTO DE DUAS ETAPAS DE HECKMAN.....	27
4.3	DECOMPOSIÇÃO DE OAXACA-BLINDER.....	29
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	33
5.1	ESTATÍSTICAS GERAIS DA DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS.....	33
5.2	PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	34
5.3	REGRESSÕES QUANTÍLICAS DA EQUAÇÃO DE RENDIMENTOS LABORAIS.....	35
5.4	DECOMPOSIÇÃO QUANTÍLICA.....	39
6	CONCLUSÃO	43

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência contra a mulher (VCM) como uma grave violação dos direitos humanos e um problema generalizado de saúde pública (OMS, 2021) identificada por meio de qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte (ou possa resultar) em dano/sofrimento físico, sexual ou mental a mulheres, incluindo a respectiva ameaça, coerção ou privação arbitrária de liberdade, ocorrendo essas sejam na vida pública ou na privada¹.

A VCM se apresenta, assim, como um problema de expressiva magnitude enfrentado pela população mundial que ocasiona consequências substanciais para a saúde física e mental femininas (Silva e Oliveira, 2015; e Kilpatrick, 2004). Paralelamente, ela gera altos custos aos países em decorrência dos seus impactos nos serviços de saúde, na disponibilidade e na produtividade laborais das pessoas afetadas e, conseqüentemente, na economia como um todo (Moe e Bell, 2004; e Sabia *et al.*, 2013). Nesse sentido, o relatório *Costs of Intimate partner Violence Against Women in the United States*² (publicado pelo *Centers for Disease Control* em 2003) estimou que os custos da violência por parceiro íntimo decorrentes de assistência médica (física e mental) e de declínios na produtividade ultrapassavam US\$ 5,8 bilhões anuais nos Estados Unidos.

No Brasil, de acordo com pesquisa de opinião³ realizada pelo Instituto DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência para o Brasil em 2021, 68% das mulheres informaram conhecer uma ou mais vítimas de violência doméstica ou familiar e 27% declararam já terem sido vítimas (elas próprias) de algum tipo de agressão por um homem⁴.

Apesar de se supor que a VCM seja expressiva em países mais pobres somente, ela se mostra como um fenômeno significativo em todo o mundo, sendo observada mesmo em locais desenvolvidos social e economicamente (Hester, 2004; e Shreeves, 2021). Nesse contexto, conforme o relatório *Violence Against Women Prevalence Estimates, 2018*⁵, baseado em pesquisas realizadas em 161 países/áreas (com dados relativos ao período de 2000 a 2018), foi verificado que 31% das mulheres com idade entre 15 e 49 anos já haviam sido submetidas à

¹ Conforme definição constante da página <https://www.who.int/health-topics/violence-against-women>, acesso em 10/08/2023.

² Disponível para *download* em <https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/ipvbook-a.pdf>.

³ Na qual foram ouvidas 3 mil pessoas entre 14/10 e 5/11/2021 conforme informações disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pesquisa2021>.

⁴ De acordo com as informações constantes do Relatório associado à referida pesquisa disponível para *download* em <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pesquisa2021>.

⁵ OMS (2021).

violência física e/ou sexual por parceiro íntimo, à violência sexual por não parceiro ou a ambas as situações ao longo da vida, sendo que, no continente europeu, essa parcela foi de 26% e, no americano, de 33% (uma diferença de apenas 7%).

Relativamente a esses números, cabe destacar que, com base nos trabalhos que analisaram os dados relativos à VCM após a ocorrência da pandemia de COVID-19⁶, a situação parece ter sido agravada em razão do confinamento determinado como medida sanitária em grande parte dos países (Arenas-Arroyo *et al.*, 2021; Marques *et al.*, 2020; Sediri *et al.*, 2020, Sri *et al.* (2021); e Yari *et al.*, 2021). No mesmo sentido, conforme revisão sistemática realizada por Piquero *et al.* (2021), foi verificada uma predominância de estudos⁷ que observaram um aumento da violência doméstica durante a pandemia. Adicionalmente, de acordo com análise de Flor *et al.* (2022) – na qual foram avaliados dados de 193 países⁸ –, 53,7% das mulheres relataram ter percebido um aumento da violência baseada no gênero dentro de sua comunidade durante a pandemia de COVID-19, sendo as taxas mais altas verificadas na América Latina e no Caribe (61,2%), em países de alta renda (59,9%) e na África Subsaariana (56,7%).

Quanto à violência por parceiro íntimo (VPI) especificamente, de acordo com a OMS (2021), ela se apresenta como a forma mais comum de VCM, ocasionando danos à saúde mental feminina e elevando os riscos de depressão, ansiedade e outros transtornos mentais.

Nessa mesma linha, a partir da análise de dados de 46 países obtidos entre 2010 e 2017, Coll *et al.* (2020) verificaram que os níveis nacionais de VPI (psicológica, física e sexual) reportados chegaram a patamares de mais de 40% (no Afeganistão).

Conforme Swanberg *et al.* (2005), essa violência executada por parceiro íntimo gera expressivas taxas de absenteísmo no trabalho (que, em estudos indicados pelos autores⁹, chegaram a atingir 54% do total de trabalhadoras vitimadas), ocasionando, no limite, a supressão de seus empregos.

Além dessa distinção do agente que pratica o ato, é necessária a diferenciação dos tipos de violência usualmente observados. Segundo a *Declaration on the Elimination of Violence against Women* publicada pela Resolução nº 48/104 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1993 (ONU, 1993), a VCM compreende – mas não se limita – a violência

⁶ A qual, de acordo com a OMS, contaminou mais de 770 milhões de pessoas e ocasionou a morte de quase 7 milhões mundialmente entre dezembro/2019 e setembro/2023 (conforme informações disponíveis na página <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019> – acesso em 24/09/2023).

⁷ A partir da análise de 18 estudos (que geraram 37 estimativas) e com base em um modelo de máxima verossimilhança restrito a efeitos aleatórios, foi verificado que o tamanho médio geral do impacto gerado foi de 0,66 (com um intervalo de confiança de 0,08–1,24 a 95%).

⁸ Provenientes de 14 fontes de informações diferentes e relativos ao período de janeiro/2020 a setembro/2021.

⁹ Taylor e Barusch (2004), Tolman e Rosen (2001), dentre outros.

psicológica, física e sexual que ocorre dentro do âmbito familiar e na comunidade em geral (por meio de agressões psicológicas, assédio sexual/intimidação no trabalho, violência conjugal/não conjugal, abuso sexual, tráfico de mulheres, prostituição forçada e outras práticas prejudiciais às mulheres), sendo ela perpetrada ou tolerada pelo Estado.

De acordo com a OMS¹⁰, a violência psicológica ocorre por meio de intimidação (a fim de ocasionar medo à mulher), de ameaças de danos físicos à vítima, a seus filhos ou a seu(sua) parceiro(a) e de isolamento em relação a amigos, família, escola e/ou trabalho. Apesar de ser a forma de violência mais difícil de se definir entre diferentes países/culturas de forma isonômica, é possível destacar os controles negativos impostos às mulheres em geral (a exemplo da proibição de convivência social e da imposição de restrições econômicas) como situações usualmente associadas à violência psicológica (Krants e Moreno, 2005). Quanto à sua prevalência, Dokkedall *et al.* (2019) afirmam que a violência psicológica (comparativamente à física e à sexual) é a forma mais comum de VPI nos Estados Unidos (em 2010, 48,4% das mulheres já haviam sofrido pelo menos um tipo de violência psicológica por parceiro íntimo ao longo da sua vida) e na Europa (em 2012, 43% já haviam sido submetidas a algum tipo de abuso psicológico por parceiro íntimo).

Relativamente à violência física, ela é identificada pela ocorrência de agressões (como tapas, socos, empurrões e queimaduras), podendo compreender, ainda, a imposição de uso de álcool e/ou outras drogas por meio de força física, a efetivação de danos materiais e a negativa de assistência médica¹¹.

Por fim, a violência sexual se refere a qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual ou outro ato dirigido contra a sexualidade de uma pessoa por meio de coerção, independentemente de quem o executa ou do ambiente em que é praticado (WHO, 2011). Para os especialistas, as estatísticas disponíveis sobre esse tipo de violência se mostram subestimadas, sendo que um dos principais motivos para que isso ocorra é a percepção da vítima de que seu relato será posto em dúvida e de que ela será novamente questionada a cada etapa que tiver de cumprir para concluir sua denúncia, o que leva, frequentemente, as mulheres abusadas a permanecerem em silêncio (Kelly e Stermac, 2008).

¹⁰ Segundo as informações da página <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/faqs/types-of-violence>. Acesso em 19/08/2023.

¹¹ Conforme informações disponíveis na página <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/faqs/types-of-violence> pertencente à ONU mulheres. Acesso em 19/08/2023.

Para este trabalho, é definida como variável de análise a violência física tendo em vista: (a) a objetividade de sua identificação em comparação à violência psicológica; e (b) o potencial de subnotificação (já destacado acima) das situações de violência sexual na pesquisa em decorrência da provável tentativa das mulheres abusadas de não se exporem quando da realização das entrevistas e/ou de evitarem provocar, em si mesmas, pensamentos/sentimentos negativos associados à violência que sofreram.

A partir dessa problemática, seguindo a perspectiva dos estudos apresentados e com base nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde para o ano de 2019 – PNS 2019 (realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), o objetivo deste trabalho é colaborar com a literatura existente ao verificar os efeitos da violência física contra a mulher no mercado de trabalho no Brasil (em especial, nos respectivos rendimentos salariais).

Nesse contexto, é utilizado o método de decomposição de Oaxaca (1973) e Blinder (1973) para examinar a ocorrência de diferentes hiatos salariais entre as mulheres não expostas e expostas à violência física (não agredidas/agredidas) ao longo da distribuição. Em suas análises, Oaxaca e Blinder localizaram evidências de que parte do diferencial salarial entre diferentes sexos e/ou raças era consequência da discriminação existente no mercado de trabalho – a qual pode ser identificada nas situações em que um grupo com características laborais iguais a de outro recebe menos em razão desse fenômeno. Essa percepção os levou a desenvolver o referido método de forma a diferenciar os impactos decorrentes das características observáveis do indivíduo (o Efeito de características/médio/explicado) daqueles que não podem ser definidos por elas (o Efeito estrutural/de parâmetros/inexplicado).

Associado a essa metodologia é utilizada, ainda, a ferramenta *RIF – Recentered Influence Function*¹² que permite generalizar a decomposição para qualquer ponto da distribuição de salários. Assim, para conclusão da análise, são estimadas as equações de rendimentos laborais para os quartis da distribuição de salários (percentis 25º, 50º e 75º) as quais, preliminarmente, são objeto do procedimento de duas etapas proposto por Heckman (1979) para correção do viés gerado pela censura nas observações que serviram de base à definição da variável dependente¹³.

A partir dessas diretrizes, o trabalho segue estruturado em seis capítulos já incluindo esta Introdução. No segundo capítulo, é descrito o referencial teórico do trabalho. No terceiro, é apresentada a revisão de literatura relativa à verificação dos efeitos da violência contra a

¹² Proposta por Firpo *et al.* (2009).

¹³ Decorrente da ausência de informação sobre os salários das mulheres que, mesmo fazendo parte da amostra da PNS 2019, não se encontravam trabalhando na data de referência da pesquisa.

mulher sobre o mercado de trabalho. No quarto, é apresentada a estratégia metodológica definida, as variáveis utilizadas neste estudo e, ainda, uma breve análise das estatísticas dessas variáveis compreendidas no modelo. No quinto, são apresentados e analisados os resultados obtidos com o modelo adotado. Por fim, são apresentadas as conclusões sobre o trabalho realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste estudo, a fim de se analisar os efeitos da violência física contra a mulher no mercado de trabalho no Brasil (e, em especial, nos respectivos rendimentos do trabalho), é utilizada a Teoria do Capital Humano – preconizada por Theodore W. Schultz – a qual busca explicar a relação entre a produtividade dos trabalhadores e seus ganhos salariais. Quanto ao capital humano, ele corresponde, basicamente, ao estoque de conhecimentos ou características que o trabalhador possui (inatas ou adquiridas) e que contribuem para sua produtividade (Acemoglu e Autor, 2009).

Para mensurar o processo de formação de capital humano, Schultz (1973) utiliza um conjunto de fatores ligados, essencialmente, à educação, os quais operariam para a definição das aptidões, das habilidades e, conseqüentemente, das capacidades dos indivíduos. Assim, sob o enfoque da Teoria do Capital Humano, Schultz (1964) analisa essas características que, quando aplicadas às atividades cotidianas do trabalhador, geram maior produtividade e, por fim, rendimentos mais elevados.

Seguindo nessa linha, Becker (1994) apresenta o capital humano como o conjunto de capacidades produtivas que o indivíduo pode adquirir por meio dos conhecimentos gerais e específicos que incorpora em sua trajetória; adicionalmente, insere o papel da família na constituição dessas capacidades e o quanto a violência presente no ambiente de desenvolvimento infantil pode ocasionar danos permanentes nesse processo.

Por sua vez, Grossman (1972) afirma que as pessoas demandam saúde em sua função de consumo, sendo ela, então, uma característica indispensável na construção do capital humano, impactando no bem-estar do indivíduo e na sua produtividade. Assim, ele amplia o papel da saúde na geração do capital humano, conferindo a ela parcela equivalente à do conhecimento na composição de seu estoque, o que incentivaria os indivíduos a investirem igualmente em saúde a fim de aumentarem seus ganhos no futuro. Dentro desse escopo, as

condições debilitadoras geradas pela violência sofrida pelas mulheres prejudicariam a sua formação de capital humano e, no limite, seus potenciais rendimentos laborais.

Diante do exposto, entende-se que os efeitos gerados nas mulheres pela violência física (que não se limitam às lesões físicas associadas a ela, mas abrangem, também, os prejuízos a sua autoestima e saúde mental¹⁴) impactam negativamente na acumulação de capital humano por afetarem a saúde feminina e, conseqüentemente, as capacidades individuais das mulheres agredidas. Dada essa relação, a abordagem do capital humano é utilizada para se verificar de que forma a violência física contra a mulher afeta no mercado de trabalho.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A partir de análise de dados de pesquisa realizada com 2.300 mulheres na Colômbia em 2003, Ribero e Sánchez (2005) detectaram que a violência doméstica contra as mulheres aumenta em 6,4% a probabilidade de desemprego, reduz os seus rendimentos em cerca de 40% e gera prejuízos a sua saúde.

Dentro do mesmo escopo, Sabia *et al.* (2013) avaliaram como a violência sexual contra a mulher pode afetar os resultados subsequentes no mercado de trabalho por meio de diversos mecanismos e, se utilizando do *National Longitudinal Study of Adolescent Health*¹⁵ (que fornece dados de uma amostra representativa dos Estados Unidos), concluíram que a ocorrência desse tipo de violência está associada a um declínio de 6,6% na participação feminina na força de trabalho e a uma queda de 5,1% nos respectivos salários.

Já em estudo realizado por Miranda *et al.* (2010) com amostra de mulheres de município brasileiro do Estado de São Paulo, foi observado que a prevalência de violência física ao longo da vida foi de 26%, sendo de 18,5% quando consideradas somente agressões graves. A partir desses dados, foi verificado que a taxa de incapacitação para o trabalho remunerado das mulheres que estavam em atividade na ocasião das agressões foi de 16,2%.

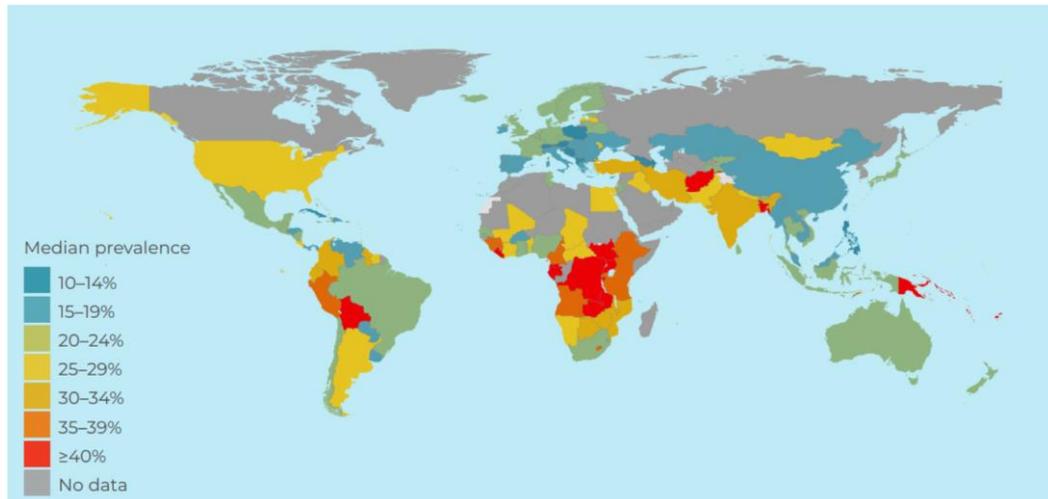
Dentro desse contexto, de acordo com a OMS (2021), a violência física ou sexual praticada por parceiro íntimo especificamente (a referida VPI) atingiu 27% das mulheres ao longo de suas vidas mundialmente (o que representava quase 650 milhões de mulheres em

¹⁴ Krug E. G. *et al.* (2002), Chrisler e Ferguson (2006) e OMS (2012).

¹⁵ A partir de uma pesquisa feita com uma amostra nacionalmente representativa de alunos da sétima a décima segunda série (com mais de 20 mil adolescentes) selecionada no ano letivo de 1994-1995, acompanhados em mais três fases adicionais utilizadas no estudo (em 1996, 2001 e 2007-2008) e com um total de cinco fases realizadas até agosto/2023.

2021), sendo que, no Brasil, esse percentual é de 23%. Para ilustração, segue mapa extraído da publicação *Violence Against Women Prevalence Estimates, 2018* que apresenta a distribuição da prevalência da VPI (física ou sexual) entre 154 países:

Figura 1 – Mapa com estimativas de prevalência de VPI (física e/ou sexual) entre mulheres de 15 a 49 anos ao longo da vida – 2018



Fonte: publicação *Violence Against Women Prevalence Estimates, 2018* (OMS, 2021).

Na mesma linha, Swanberg *et al.* (2005) afirmam que a VPI gera taxas significativas de absenteísmo no trabalho, trazendo estudos que identificaram percentuais de 23 a 54% de empregadas vítimas de violência que tiveram de se ausentar do trabalho em razão do abuso sofrido. Adicionalmente, apresentam trabalhos *cross-section* nos quais de 5 a 27% das mulheres vitimadas reportaram perda do trabalho como um resultado direto da agressão.

De forma similar, em análise de Browne *et al.* (1999) envolvendo mulheres em situação de extrema pobreza, restou verificado que aquelas expostas à violência física durante um período de 12 meses tiveram somente um terço da probabilidade de manterem o seu emprego durante o ano seguinte em comparação às não agredidas.

No mesmo sentido, em pesquisa de Echeverria *et al.* (2017), foi verificado que a violência doméstica praticada pelo parceiro impacta na atividade laboral e nos respectivos rendimentos das vítimas, tornando complexa a separação entre os problemas pessoais e as atribuições de seus empregos.

Paralelamente, a partir de dados obtidos em pesquisa transversal representativa da população com 16 anos ou mais, Anderberg *et al.* (2016) examinaram o impacto do desemprego na Inglaterra e no País de Gales sobre a VPI verificando que um aumento de 1% na taxa de

desemprego masculina causa uma queda na incidência de abuso físico contra as mulheres de cerca de 3%, enquanto um aumento correspondente na taxa de desemprego feminino possui o efeito oposto.

Dentro desse mesmo escopo, Aizer (2010) utilizou um modelo de barganha doméstica¹⁶ para verificar a evolução do nível de violência praticado contra as mulheres nos Estados Unidos entre 1995 e 2010. Com sua análise, observou que, nesse intervalo de tempo, a violência diminuiu à medida que o nível de emprego e de rendimentos das mulheres aumentou, constatando, ainda, que a queda na diferença salarial observada entre homens e mulheres explicava 9% da redução da VCM – o que confirma os preceitos da referida teoria.

Em análise dos resultados de pesquisa que examinou os efeitos da violência doméstica sobre a participação na força de trabalho de mulheres¹⁷ que viviam em um bairro de baixa renda da cidade de Chicago (Estados Unidos), Lloyd (1997) verificou que as mulheres que informaram abusos (18% do total da amostra) tinham maior probabilidade de já terem estado desempregadas e de terem tido um maior quantitativo de trabalhos (ou seja, de ter havido uma maior frequência de mudança de emprego). Além disso, foi verificado que as mulheres agredidas: (a) possuíam rendimentos pessoais inferiores aos das não expostas à violência; (b) eram significativamente mais propensas a receber assistência pública; e (c) reportavam mais problemas de saúde.

Nessa linha de avaliação dos impactos na saúde das vítimas, Eshelman e Levendosky (2012) examinaram o estado de saúde de mulheres que tiveram experiências de violência psicológica, física e/ou sexual por parceiro íntimo, verificando que o grupo de maior risco para problemas de saúde física e mental foi o das mulheres que sofreram os três tipos de abuso. Especificamente quanto aos efeitos na saúde mental, conforme a análise dos grupos, foi verificado que aqueles que haviam sido expostos a abuso psicológico, físico e sexual ou a abuso psicológico e físico apresentaram os níveis mais elevados de sintomas depressivos e de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). De forma análoga, Goodman *et al.* (1993) afirmam que ansiedade/medo, depressão e TEPT são algumas das consequências mais comuns da agressão sexual.

Por fim, com base em resultado de pesquisa realizada com amostra de cerca de 2.700 mulheres da Nova Zelândia, Fanslow e Robinson (2004) mostraram que problemas para

¹⁶ Sob o qual se tem que aumentos no salário relativo feminino elevam seu poder de barganha dentro do domicílio, diminuindo, assim, os níveis de violência encontrados.

¹⁷ Um quantitativo de 824 mulheres, com idade mínima de 18 anos e residente dentro dos limites geográficos da área comunitária de *Humboldt Park* em Chicago.

realização de atividades usuais, autopercepção de saúde precária e dificuldades de concentração/falhas de memória são usualmente diagnosticados em mulheres vítimas de violência física.

Assim, para análise dessa problemática, no próximo capítulo, é apresentada a metodologia, as variáveis utilizadas neste trabalho e, ainda, uma breve avaliação das respectivas estatísticas.

4 METODOLOGIA

4.1 BASE DE DADOS E DISCRIMINAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Como base de dados para o trabalho, é utilizada a PNS 2019 – realizada pelo IBGE – a qual apresenta dados sobre a situação do sistema nacional de saúde (relativamente ao acesso, utilização e manutenção dos serviços disponíveis), as condições de saúde da população, a vigilância de doenças crônicas e, ainda, informações acerca da educação, do trabalho, do rendimento e de outras características socioeconômicas dos entrevistados. Essa pesquisa compreendeu moradores de uma amostra probabilística de domicílios particulares do Brasil nas áreas urbana e rural, abrangendo todo o território nacional.

Dado que o objeto do estudo é a análise dos efeitos da violência física contra a mulher sobre o mercado de trabalho (em especial, em relação aos seus rendimentos laborais), são excluídos dessa base os indivíduos do sexo masculino e as mulheres que informaram ser militares ou servidoras públicas estatutárias (cujas remuneração, regularmente, não sofre alterações em função das proteções definidas pelos regimes jurídicos vinculados a essas carreiras, os quais mantêm seus salários mesmo em situações de afastamento, por razões justificáveis e legalmente previstas, de suas atividades¹⁸).

Para a definição da situação de violência física contra a mulher, é criada uma variável binária que identifica a ocorrência de violência física (*vfis*) a partir do quesito V14 da PNS 2019, o qual é composto de um grupo de perguntas relacionadas a esse tipo de violência. Além de verificar a ocorrência de situações de agressão física, as perguntas abordam a quantidade de

¹⁸ Como exemplo, na base da PNS 2019, a redução salarial média das mulheres não militares/servidoras públicas estatutárias que informaram terem estado afastadas de suas atividades habituais (como o trabalho), por motivos de saúde, nas duas semanas anteriores à pesquisa (variável J002) se mostrou quase 90% maior que a diminuição verificada no grupo de mulheres que declararam ser militares/servidoras públicas estatutárias.

vezes em que elas ocorreram nos doze meses anteriores à data da pesquisa¹⁹. Nesse contexto, é caracterizada a situação de violência física sempre que a resposta for sim para qualquer uma das perguntas vinculadas, independentemente da quantidade de ocorrências no período analisado e da pessoa que a praticou²⁰. Assim, são identificadas como vítimas de violência as mulheres que responderam às perguntas transcritas na tabela abaixo conforme as combinações para as quais consta indicação positiva (“Sim”) na última coluna:

Tabela 1 – Respostas identificadoras de violência física

Quesito V14		Resposta	Quantidade de ocorrências	Identificação de violência física
Variável	Descrição			
V01401	Nos últimos doze meses, alguém: Te deu um tapa ou uma bofetada?	Sim	Uma vez/Algumas vezes/ Muitas vezes	Sim
		Não	-	-
V01402	Nos últimos doze meses, alguém: Te empurrou, segurou com força ou jogou algo em você com a intenção de machucar?	Sim	Uma vez/Algumas vezes/ Muitas vezes	Sim
		Não	-	-
V01403	Nos últimos doze meses, alguém: Te deu um soco, chutou ou arrastou pelo cabelo?	Sim	Uma vez/Algumas vezes/ Muitas vezes	Sim
		Não	-	-
V01404	Nos últimos doze meses, alguém: Tentou ou efetivamente estrangulou, asfixiou ou te queimou de propósito?	Sim	Uma vez/Algumas vezes/ Muitas vezes	Sim
		Não	-	-
V01405	Nos últimos doze meses, alguém: Te ameaçou ou feriu com uma faca, arma de fogo ou alguma outra arma ou objeto?	Sim	Uma vez/Algumas vezes/ Muitas vezes	Sim
		Não	-	-

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNS 2019.

A partir da definição dessa variável, é estimada uma equação de rendimentos para cada um dos grupos – mulheres não agredidas ($vfis = 0$) e mulheres agredidas ($vfis = 1$) – tendo-se como variável de interesse (dependente) o salário por hora trabalhada ($lsalh$, em forma

¹⁹ Dada a indisponibilidade de dados relativos à ocorrência de violência ao longo da vida das mulheres na pesquisa (PNS 2019), neste trabalho, utilizam-se as informações referentes à violência sofrida nos últimos 12 meses como sua *proxy*.

²⁰ Apesar de estudos apontarem o parceiro íntimo como o agente mais comum da VCM, neste trabalho, optou-se por manter todas as ocorrências de violência física (independentemente do agente que a praticou) a fim de se preservar uma amostra mais robusta para a análise. Nesse contexto, cabe ressaltar que, das 924 ocorrências de violência física identificadas na amostra (de acordo com as definições acima relatadas), somente 520 foram praticadas por parceiro íntimo da mulher agredida, o que também contribuiu para a definição de manutenção de todas as observações mencionadas.

logarítmica, em consonância com o formato de apuração dos rendimentos laborais utilizado na maior parte da literatura).

Paralelamente, se mostra necessária a correção do viés gerado pela censura nas observações que serviram de base à definição da variável dependente. Esse viés de seleção é gerado pela falta de informação sobre os salários das mulheres que, apesar de fazerem parte da amostra da PNS 2019, não trabalhavam na data de referência da pesquisa. Assim, é utilizado o procedimento de duas etapas proposto por Heckman (1979) que calcula um termo de correção da seletividade para ser inserido na equação de interesse de forma a afastar o viés apurado (ou seja, a estimativa da equação de probabilidade de participação na força de trabalho é utilizada como um regressor complementar no modelo proposto). Para sua execução, são consideradas variáveis que podem influenciar na decisão de participação da mulher no mercado de trabalho: existência do cônjuge, responsabilidade pelo domicílio e percepção de rendimentos não decorrentes do trabalho pelas mulheres componentes da amostra.

Além dessas variáveis-chave, seguindo os preceitos da Teoria do Capital Humano e os critérios adotados nos estudos empíricos relacionados ao mercado de trabalho, são incluídas variáveis de controle referentes à cor, a limitações geradas por doenças crônicas, à idade e à educação das pesquisadas.

Quanto à variável idade, são inseridas sua forma simples e quadrática dadas as evidências empíricas dos respectivos efeitos decrescentes em relação aos ganhos salariais.

Relativamente à educação, as variáveis se referem à conclusão dos níveis de escolaridade (em lugar de somente a frequência em cada ciclo) de forma a captar os impactos que patamares distintos de estudo podem gerar sobre os rendimentos das trabalhadoras. Nesse contexto, a variável *educ_basica* é mantida na base do modelo a fim de se evidenciar a influência da ausência de qualquer nível de escolaridade (variável *sem_educacao*) no salário das mulheres.

Já quanto à estrutura dos domicílios das entrevistadas, são incorporadas as informações relativas à quantidade de moradores e de crianças menores de 10 (dez) anos, ao quantitativo de cômodos, à existência de coleta de lixo, de rede geral de esgoto e, ainda, de acesso à *internet* no domicílio. Relativamente a essas variáveis, importa ressaltar os motivos pelos quais algumas foram escolhidas para composição do modelo: (a) o quantitativo de crianças, em razão de sua influência no potencial de exercício de atividade profissional das mulheres do domicílio (considerando-se que, quanto maior for esse, menor será a probabilidade de as mulheres trabalharem em decorrência do papel social feminino que as coloca como as principais

cuidadoras de crianças nos lares brasileiros²¹); (b) a existência de coleta de lixo e de rede geral de esgoto, dado que compõe as características domiciliares associadas ao saneamento que, ao impactar no estado de saúde dos indivíduos do domicílio, importam para explicar os respectivos indicadores educacionais – Scriptorre (2016) –, os quais influenciam diretamente nas possibilidades de emprego; e (c) o acesso à *internet*, tendo em vista que permite a ampliação do conhecimento e das oportunidades de ensino e emprego.

Por fim, são inseridas variáveis identificadoras da respectiva Região brasileira onde se encontram os domicílios.

Na Tabela 2 abaixo, seguem discriminadas todas as variáveis utilizadas para o desenvolvimento do modelo e as respectivas estatísticas descritivas em cada grupo (mulheres não agredidas e agredidas), considerando-se somente as mulheres que informaram ter recebido salário (rendimentos decorrentes do trabalho) na semana de referência da pesquisa:

Tabela 2 – Discriminação das variáveis e respectivas estatísticas descritivas

		(continua)	
Variável	Descrição	Não agredidas	Agredidas
Variável dependente			
<i>lsalh</i>	Salário bruto por hora trabalhada (em forma logarítmica).	2,1108 (0,801)	1,9713 (0,7905)
Variáveis relativas ao indivíduo			
<i>branco</i>	Cor/raça. Variável binária, sendo 1 se branca ou amarela e 0 para as demais raças.	0,3950 (0,4889)	0,2955 (0,4565)
<i>limitacoes</i>	Existência de limitações geradas por doença crônica (física ou mental) ou de longa duração nas atividades habituais do indivíduo. Variável binária, sendo 1 caso possua esse tipo de restrição e 0 caso não possua.	0,1415 (0,3485)	0,3701 (0,4831)
<i>idade</i>	Anos de idade.	39,1514 (13,0046)	36,5325 (11,8715)

²¹ Conforme o suplemento “Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015 (PNAD, 2017), realizada pelo IBGE, das 10,3 milhões de crianças brasileiras com menos de 4 anos em 2015, 83,8% (ou seja, 8,6 milhões) tinham como primeira responsável uma mulher.

Tabela 2 – Discriminação das variáveis e respectivas estatísticas descritivas

		(continuação)	
Variável	Descrição	Não agredidas	Agredidas
Variáveis relativas ao indivíduo			
<i>sem_educacao</i>	Nenhum nível/categoria de ensino concluído ou sem frequência anterior à escola.	0,0216 (0,1455)	0,0260 (0,1591)
<i>educ_basica</i>	Alfabetização de jovens e adultos, classe de alfabetização ou antigo primário (elementar) concluído. Variável da base do modelo.	0,1551 (0,362)	0,1807 (0,385)
<i>educ_fundamental</i>	Ensino fundamental (regular, Ensino de Jovens e Adultos – EJA ou supletivo) ou antigo ginásio concluído. Variável binária, sendo 1 se houver completado esse nível e 0 em caso contrário.	0,1104 (0,3134)	0,1515 (0,3587)
<i>educ_media</i>	Ensino médio (regular.=, Ensino de Jovens e Adultos – EJA ou supletivo) ou antigo científico/clássico concluído. Variável binária, sendo 1 se houver completado esse nível e 0 em caso contrário.	0,3672 (0,4820)	0,3582 (0,4797)
<i>educ_superior</i>	Ensino superior, mestrado ou doutorado concluído. Variável binária, sendo 1 se houver completado um desses níveis e 0 em caso contrário.	0,1750 (0,3800)	0,1180 (0,3227)
Variáveis relativas ao domicílio			
<i>moradores</i>	Quantidade de moradores no domicílio.	3,4538 (1,5367)	3,0130 (1,5647)
<i>criancas</i>	Quantidade de crianças com menos de 10 (dez) anos de idade no domicílio.	0,4503 (0,7286)	0,6190 (0,8481)
<i>comodos</i>	Quantidade de cômodos no domicílio.	6,0843 (2,1355)	5,3258 (1,7881)
<i>lixo</i>	Existência de coleta de lixo no domicílio (por meio de recolhimento no local ou por descarte direto em caçambas administradas pelo serviço de limpeza). Variável binária, sendo 1 caso possua e 0 caso não possua.	0,9203 (0,2708)	0,9297 (0,2559)
<i>rede_esgoto</i>	Existência de rede geral de esgoto no domicílio. Variável binária, sendo 1 caso possua e 0 caso não possua.	0,5171 (0,4997)	0,5011 (0,5003)
<i>internet</i>	Acesso à <i>internet</i> por algum morador do domicílio. Variável binária, sendo 1 caso haja acesso e 0 caso em caso contrário.	0,9008 (0,2989)	0,8712 (0,3351)

Tabela 2 – Discriminação das variáveis e respectivas estatísticas descritivas

Variável	Descrição	(conclusão)	
		Não agredidas	Agredidas
Variáveis relativas ao domicílio			
<i>centro_oeste</i>	Domicílio situado na Região Centro-Oeste do país. Variável binária, sendo 1 caso esteja situado nessa Região e 0 caso não esteja.	0,1311 (0,3375)	0,1385 (0,3456)
<i>nordeste</i>	Domicílio situado na Região Nordeste do país. Variável binária, sendo 1 caso esteja situado nessa Região e 0 caso não esteja.	0,3073 (0,4614)	0,3517 (0,4778)
<i>norte</i>	Domicílio situado na Região Norte do país. Variável binária, sendo 1 caso esteja situado nessa Região e 0 caso não esteja.	0,1758 (0,3806)	0,1732 (0,3786)
<i>sudeste</i>	Domicílio situado na Região Sudeste do país. Variável da base do modelo.	0,2488 (0,4323)	0,2165 (0,412)
<i>sul</i>	Domicílio situado na Região Sul do país. Variável binária, sendo 1 caso esteja situado nessa Região e 0 caso não esteja.	0,1370 (0,3439)	0,1201 (0,3253)
Variáveis relativas à probabilidade de participação no mercado de trabalho/emprego			
<i>conjuge</i>	Cônjuge ou companheiro(a) residindo no mesmo domicílio. Variável binária, sendo 1 se casada e 0 nas demais situações.	0,5581 (0,4966)	0,3658 (0,4819)
<i>responsavel_dom</i>	Responsabilidade pelo domicílio. Variável binária, sendo 1 no caso de ser a responsável e 0 em caso de não ser.	0,4146 (0,4927)	0,7413 (0,4381)
<i>rendim_ao_trab</i>	Recebimento de rendimentos diversos pelo indivíduo (não decorrentes do trabalho), como os de aluguéis, aplicações financeiras e pensão alimentícia. Variável binária, sendo 1 caso receba e 0 caso não receba.	56,4573 (319,0456)	51,6472 (142,9611)
Observações		43.396	924

Notas: erro padrão entre parênteses.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNS 2019.

Conforme se verifica da tabela acima, sem que sejam considerados os controles propostos neste trabalho, as mulheres agredidas possuem uma média salarial 6,61% inferior à das não expostas à violência física.

Quanto à cor, o percentual de mulheres brancas/amarelas é 33,7% maior no grupo de não agredidas, o que é corroborado pela análise feita por Cho (2012) que, se utilizando dos dados da *Collaborative Psychiatric Epidemiology Surveys* dos Estados Unidos²², verificou que as mulheres negras foram as mais vitimadas e as asiáticas, as menos vitimadas.

²² A qual coleta dados nacionalmente representativos de adultos nos Estados Unidos, com 18 anos ou mais, sobre a prevalência de transtornos mentais e seus padrões de tratamento. O tamanho da amostra utilizada foi de 2.316.

Já em relação a limitações decorrentes de doenças crônicas ou de longa duração, verifica-se que a proporção das mulheres agredidas sob essa condição é cerca de 160% superior à observada no grupo das mulheres que não sofreram violência física (37,01% do total das pertencentes ao primeiro grupo contra 14,15% no segundo). A diferença apontada para essa variável é confirmada na análise de Vives-Cases *et al.* (2011) que identificaram diversas iniquidades entre a saúde de mulheres não agredidas e agredidas – por exemplo, a probabilidade de doença coronariana, de cervical crônica e de dor nas costas se mostraram superiores no grupo exposto à violência física no referido estudo. Nessa mesma linha, importa ressaltar que, com base nos dados da própria PNS 2019, o percentual de mulheres com diagnóstico de depressão ou de outras doenças mentais (como transtorno de ansiedade, síndrome do pânico, esquizofrenia, transtorno bipolar, psicose e transtorno obsessivo compulsivo – TOC)²³ se mostra expressivamente maior no grupo de mulheres agredidas: 28,57% delas frente a somente 6,59% das mulheres não expostas à violência.

Sobre as idades observadas nos grupos, a identificação de uma média quase 7% menor no grupo de mulheres agredidas é ratificada pela análise de Coll *et al.* (2020) na qual foi verificado que, na maioria dos casos, as mulheres mais jovens tendem a estar mais expostas à VPI.

Relativamente às variáveis ligadas à educação, verifica-se uma predominância da conclusão, apenas, da educação básica ou fundamental (ou seja, ausência de finalização de níveis mais elevados de ensino) no grupo das agredidas, assim como um percentual de mulheres com graduação superior quase 50% maior no grupo das não agredidas. Essas estatísticas são corroboradas pela análise de Bowlus e Seitz (2006) que, se utilizando de dados de mais de 5 mil mulheres que participaram da *Canadian Violence Against Women Survey*, verificaram que as abusadas e seus abusadores possuem uma escolaridade inferior à do conjunto de mulheres e homens no qual não foram identificados abusos; e de Sanz-Barbero *et al.* (2019) que concluíram que um nível mais alto de escolaridade reduz a probabilidade de VPI (física e sexual) em todas as faixas de idades.

Nesse sentido, importa ressaltar que as diferenças negativas relativas à escolaridade das mulheres que sofreram violência física podem estar associadas a uma maior dificuldade na acumulação de capital humano em decorrência da condição debilitadora a que foram expostas, a qual impacta sua saúde e, no limite, impede/retarda seu acesso ao ensino e à qualificação. Essa relação segue o entendimento de Grossman (1972) que vincula a obtenção de saúde à

²³ Conforme respostas às questões vinculadas às variáveis de códigos Q092 e Q11006.

formação de capital humano e é abordada na avaliação dos resultados deste trabalho (capítulo 5). Dentro do mesmo contexto, é possível que esse menor nível de escolaridade no grupo das mulheres agredidas gere uma maior limitação no seu acesso a ferramentas e Instituições de proteção à mulher que tenham como objetivo as afastar da situação de violência.

Paralelamente, é possível considerar, ainda, a existência de uma subnotificação maior no grupo de mulheres com níveis de educação mais elevados decorrente do constrangimento que possuiriam em relatar uma situação de violência visto que se encontram em uma condição mais favorável de escolaridade (na qual, usualmente, o acesso às informações de prevenção à violência e às citadas Instituições de proteção à mulher se mostra mais facilitado), o que impactaria nos dados desse grupo dentro da PNS 2019.

Quanto às características dos domicílios das mulheres agredidas, observa-se a presença de um maior número de crianças (37,48% superior), um menor quantitativo de cômodos (12,47% inferior) e uma menor disponibilidade de rede geral de esgoto e de acesso à *internet* neles (de cerca de 3% para ambos).

Da distribuição de domicílios dos dois grupos pelas Regiões do país, verifica-se que a Nordeste é a que possui uma maior dissonância no quantitativo de domicílios quando se passa do grupo de mulheres não expostas à violência física para o de mulheres agredidas: enquanto para o primeiro grupo a Região detém 30,73% dos domicílios da distribuição nacional, no segundo, essa participação sobe para 35,17%, um aumento de quase 15%. De forma oposta, a Região Sul reduz sua presença na distribuição dos domicílios quando se seleciona o grupo das mulheres agredidas: de uma participação de 13,70% na distribuição dos domicílios das mulheres não expostas à violência, apresenta somente 12,01% dos domicílios das mulheres agredidas (redução de 12,34%).

Quanto às variáveis inseridas para a verificação da probabilidade de participação no mercado de trabalho, observa-se uma presença de mulheres com cônjuge/companheiro(a)²⁴ bastante inferior no grupo das agredidas (com sua representatividade se reduzindo em quase 35%). A partir disso, é possível considerar que a situação de não possuir cônjuge seja, já, um resultado da violência a que foram expostas essas mulheres, se mostrando, no limite, como um indicador do grupo das mulheres agredidas. Essa diferença é ratificada nas conclusões do estudo de Agüero (2013) o qual, se utilizando de uma amostra de quase 83 mil mulheres de sete países

²⁴ Neste trabalho, a residência no mesmo domicílio foi utilizada como critério adicional para definição da variável *conjuge* (além da simples informação de que a entrevistada possuía cônjuge/companheiro) tendo em vista que a sua inserção no modelo está direcionada à correção da seletividade amostral (para consideração dos fatores que poderiam determinar a participação da mulher no mercado de trabalho), logo, a mera existência formal de um cônjuge (que não participe da rotina doméstica) não seria suficiente para apreciação dessa perspectiva.

localizados nas sub-regiões da América Latina e do Caribe (na qual foram consideradas todas as faixas de renda), verificou que a violência física contra as mulheres está fortemente associada ao seu estado civil dado que ela aumenta a taxa de separação/divórcio. Partindo de uma média de 16,70%, foi observado que um ato adicional de violência física aumenta essa taxa em cerca de 25% (a fazendo atingir 20,63%). Além disso, o autor identificou que as mulheres que sofrem qualquer tipo de violência física têm 83% mais probabilidade de se divorciarem do que as não agredidas e que, em caso de violência grave, a elevação é de 132%.

Por fim, cabe destacar a maior participação de mulheres agredidas na condição de responsáveis pelo domicílio (78,80% superior à observada para o grupo das não expostas à violência física). Da mesma forma que ocorre com a variável ligada à existência de cônjuge/companheiro(a) (e, em parte, como consequência dela²⁵), é possível que a predominância de mulheres responsáveis pelo domicílio no grupo das agredidas represente um indicador dessa situação se considerado que a exposição à violência colabora para que essas mulheres não mais compartilhem a residência com seus agressores (quando esses são seus parceiros íntimos) ou que esses, dentro do mesmo domicílio, as submetam à exploração financeira para que atendam todas as despesas do local.

No próximo subcapítulo, é detalhada a ferramenta utilizada para correção da seletividade amostral neste trabalho: o procedimento de duas etapas de Heckman.

4.2 PROCEDIMENTO DE DUAS ETAPAS DE HECKMAN

Conforme exposto acima, dada a estruturação do modelo, se mostra necessária a correção do viés gerado pela censura nas observações que serviram de base à definição da variável dependente. Esse viés de seleção decorre da falta de informação sobre os salários das mulheres que, apesar de fazerem parte da amostra da PNS 2019, não trabalhavam na data de referência da pesquisa. Diante disso, quando da realização da PNS 2019, puderam ser observados somente os salários daquelas que se encontravam, de fato, em atividade nessa ocasião, ou seja, considerando-se $lsalh_i^o$ (o logaritmo do salário por hora de cada indivíduo i) como o salário ofertado/observado e $lsalh_i^r$ como o salário reserva (o menor salário pelo qual as mulheres estariam dispostas a participar do mercado de trabalho), entende-se que a PNS 2019 contém somente os dados para as situações em que $lsalh_i^o > lsalh_i^r$.

²⁵ No grupo das agredidas, 64,29% das mulheres que se encontram na condição de responsável pelo domicílio não possuem cônjuge/companheiro(a).

Dessa forma, para correção do problema de viés de seleção, é utilizado o procedimento de duas etapas proposto por Heckman (1979). Para tanto, são incluídas três variáveis relativas a características pessoais das mulheres (as quais já foram descritas acima: existência de cônjuge, responsabilidade pelo domicílio e percepção de rendimentos não decorrentes do trabalho) em uma equação preliminar de seleção a fim de serem avaliados os fatores que podem determinar sua participação no mercado de trabalho. Após, na segunda etapa do procedimento, é estimada a equação de interesse incorporando-se o termo de correção da seletividade obtido na etapa anterior.

Nesse contexto, para a construção da equação de seleção, define-se uma variável P^* representativa da participação feminina no mercado de trabalho, tendo-se \mathbf{Z} como um vetor de variáveis que podem determinar a probabilidade de participação (ou não) da mulher nesse mercado ($P^* > 0$ ou $P^* = 0$ respectivamente) e ε_i como um termo de erro aleatório²⁶:

$$P^* = \mathbf{Z}\gamma + \varepsilon_i \quad (1)$$

Apesar da variável P^* não ser observável, é possível verificar a variável associada P que corresponde a 1 quando $P^* > 0$ (ou seja, se a pessoa participa do mercado de trabalho) e a 0 quando $P^* = 0$ (se não participa).

Na sequência, pode-se definir o salário (para este trabalho, $lsalh_i$, logaritmo do salário por hora, de cada indivíduo i) como uma função de um vetor de variáveis \mathbf{X} que o determinam:

$$lsalh_i = \mathbf{X}\beta_j + \mu_i \quad (2)$$

Onde β_j corresponde ao conjunto de coeficientes associados às j variáveis que compõem \mathbf{X} e μ_i se refere a um termo de erro aleatório (considerado sob uma distribuição normal e com média zero).

Nesse contexto, verifica-se que o salário somente é observado ($lsalh_i^o$) quando $P^* > 0$ (e $P = 1$), ou seja, nas situações em que $\mathbf{Z}\gamma + \varepsilon_i > 0$.

Assim, para a execução da primeira etapa do procedimento de Heckman, é utilizado um modelo *probit* para estimação do coeficiente γ da equação de seleção acima descrita, apurando-se, então, a probabilidade do valor de $lsalh_i$ ser observado (ou seja, de haver $lsalh_i^o$). A partir dessa probabilidade, são obtidos os valores do inverso da razão de Mills ($\hat{\lambda}$) para cada observação, que podem ser representados por:

²⁶ Assumindo-se ε_i com distribuição normal e média zero.

$$\lambda_i(\gamma, \mathbf{Z}) = \frac{\varphi \mathbf{Z}\gamma}{\Phi \mathbf{Z}\gamma} \quad (3)$$

Essa equação apresenta a razão entre a probabilidade de a pessoa decidir trabalhar e a probabilidade cumulativa de decisão (ou seja, φ e Φ referem-se, respectivamente, à função densidade de probabilidade e à função de distribuição acumulada de uma normal).

Na segunda etapa do procedimento de Heckman, os valores $\hat{\lambda}$ obtidos para cada observação são utilizados como variável explicativa na equação de interesse. Logo, partindo-se da equação 2 discriminada acima, é possível definir o salário observado como²⁷:

$$l\text{salh}_i^o = \mathbf{X}\beta_j + \lambda_i(\gamma, \mathbf{Z}) + v_i \quad (4)$$

Dessa forma, com a consideração de λ (referida doravante por *lambda*) resta, então, definida a equação de interesse com a devida correção da seletividade, sendo a significância estatística dessa variável *lambda* indicativa da necessidade de sua inclusão para correção do viés de seleção no modelo.

Dentro desse escopo, no próximo subcapítulo segue discriminada a principal ferramenta utilizada neste trabalho para análise dos efeitos da violência física sobre os rendimentos laborais femininos: o método de decomposição de Oaxaca-Blinder²⁸.

4.3 DECOMPOSIÇÃO DE OAXACA-BLINDER

Após a verificação da existência de viés gerado pela censura nas observações e a respectiva correção da seletividade pelo procedimento de Heckman (quando apontada a necessidade de sua realização), de forma a se observar os diferentes hiatos salariais entre as mulheres agredidas/não agredidas, é utilizado, neste trabalho, o método de decomposição de Oaxaca-Blinder para a identificação de vantagens remuneratórias entre os grupos analisados.

O método proposto permite que sejam identificados os efeitos que agem na determinação da diferença dos salários de grupos distintos: (a) o Efeito de características/médio/explicado, que corresponde à parte da diferença salarial definida pelas características observáveis dos indivíduos no modelo; e (b) o Efeito estrutural/de parâmetros/inexplicado, que representa a parcela do diferencial que não pode ser explicada

²⁷ Onde v_i corresponde a um termo de erro aleatório de distribuição normal e média zero.

²⁸ De acordo com Oaxaca (1973) e Blinder (1973).

pelos fatores nele considerados (tal como a discriminação localizada nos trabalhos de Oaxaca e Blinder).

Nesse contexto, para aplicação do método de decomposição de Oaxaca-Blinder, é necessário que se defina, para cada um dos grupos (mulheres não agredidas/agredidas), a respectiva equação de rendimentos laborais na qual $lsalh_i$ é a variável dependente. Essas equações seguem o modelo de Mincer (1974), logo, a partir delas, pode ser verificado o retorno de cada variável explicativa sobre a dependente ($lsalh_i$).

Assim, primeiramente, retoma-se a equação 2 onde se definiu $lsalh_i$ como:

$$lsalh_i = \mathbf{X}\beta_j + \mu_i \quad (5)$$

Nessa equação, conforme já discriminado acima, \mathbf{X} representa o vetor de variáveis explicativas, β_j , o conjunto de coeficientes associados às j variáveis componentes de \mathbf{X} e μ_i , o termo de erro aleatório.

Na sequência, para apuração do diferencial por meio do método escolhido, as equações de rendimentos laborais dos grupos de mulheres não agredidas (NA) e agredidas (A) são definidas como:

$$lsalh_{NA_i} = \mathbf{X}_{NA}\rho_{NA_j} + \mu_{NA_i} \quad (6)$$

$$lsalh_{A_i} = \mathbf{X}_A\rho_{A_j} + \mu_{A_i} \quad (7)$$

Onde \mathbf{X}_{NA} e \mathbf{X}_A referem-se aos vetores de variáveis explicativas para os grupos de mulheres não agredidas e agredidas respectivamente, ρ_{NA_j} e ρ_{A_j} representam o conjunto de coeficientes associados às variáveis desses vetores, e μ_{NA_i} e μ_{A_i} correspondem aos termos de erro de cada grupo.

Calculando-se a diferença entre os salários dos grupos²⁹ chega-se a:

$$lsalh_{NA_i} - lsalh_{A_i} = \mathbf{X}_{NA}\rho_{NA_j} - \mathbf{X}_A\rho_{A_j} \quad (8)$$

Dessa equação, depende-se que o diferencial de salários entre os grupos decorre tanto das diferenças nos coeficientes ρ_{NA_j} e ρ_{A_j} quanto das diferenças nas características médias componentes de \mathbf{X}_{NA} e \mathbf{X}_A .

²⁹ Para o cálculo da diferença de rendimentos entre os grupos, utiliza-se como referência o grupo das mulheres não expostas à violência dado que se espera que esse possua um patamar salarial maior que o das mulheres agredidas.

Na sequência, conforme demonstrado por Fortin *et al.* (2011), adicionando-se e subtraindo-se, na segunda parte da equação 8, o termo que define o salário médio contrafactual que o grupo das mulheres agredidas receberia sob a estrutura salarial do grupo das não agredidas ($\rho_{NAj} \mathbf{X}_A$), obtém-se:

$$lsalh_{NA_i} - lsalh_{A_i} = \underbrace{\rho_{NAj} (\mathbf{X}_{NA} - \mathbf{X}_A)}_{\text{Efeito de características}} + \underbrace{\mathbf{X}_A (\rho_{NAj} - \rho_{Aj})}_{\text{Efeito estrutural}} \quad (9)$$

O primeiro termo da equação acima, $\rho_{NAj} (\mathbf{X}_{NA} - \mathbf{X}_A)$, corresponde ao efeito características, ou seja, à parcela do diferencial definida pelas características observáveis das mulheres. Já o segundo termo, $\mathbf{X}_A (\rho_{NAj} - \rho_{Aj})$, representa o efeito estrutural: a parte do diferencial decorrente de questões que não podem ser evidenciadas pelos fatores considerados no modelo. Assim, com base nas equações de rendimentos laborais estimadas para cada grupo, o método de decomposição de Oaxaca-Blinder permite realizar a divisão do diferencial de rendimento médio entre esses dois efeitos, utilizando-se, para tanto, do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Associado a esse método, é utilizada a ferramenta *Recentered Influence Function – RIF*, uma regressão quantílica incondicional introduzida por Firpo *et al.* (2009) que permite a verificação das diferenças em qualquer ponto da distribuição de rendimentos laborais (assim, ela consegue generalizar a decomposição de Oaxaca-Blinder para verificação dos hiatos salariais nos diversos percentis). Essa função é originada da *Influence Function (IF)*, ferramenta que é capaz de apresentar a influência de uma observação individual sobre a estatística distributiva – $s(F_y)$. Formalmente, ela pode ser representada por:

$$IF(Y; s, F_y) \quad (10)$$

Nesse contexto, para obtenção *RIF*, soma-se a estatística da distribuição, $s(F_y)$, à função de influência discriminada acima (*IF*), chegando-se a:

$$RIF(Y; s, F_y) = s(F_y) + IF(Y; s, F_y) \quad (11)$$

Paralelamente, a *RIF* do τ -ésimo quantil corresponderá a:

$$RIF(Y; q_\tau, F_y) = q_\tau + IF(Y; q_\tau, F_y) \quad (12)$$

A partir disso, o modelo de regressão *RIF* – descrito como $m_s(X)$ – pode ser definido como a expectativa condicional da *RIF* ($Y; s, F_y$) estimada em função das variáveis explicativas (X) conforme segue:

$$m_s(X) = E [RIF (Y; s, F_y) | X] \quad (13)$$

Com base nesse modelo, verifica-se que, como a *RIF* representa, basicamente, a variável de resultado Y , pode-se entender que uma regressão de *RIF* em X corresponde a uma regressão MQO de Y em X quando se está analisando a média – ou seja, tal como os coeficientes de regressão estimados por MQO são utilizados para verificação do impacto de mudanças nas variáveis explicativas sobre a média, o modelo estimado pelo método *RIF* fornece o impacto de mudanças nas variáveis explicativas sobre o salário em um dado quantil (Becker, 2019).

Similarmente, no caso dos quantis, a respectiva equação pode ser definida como:

$$m_\tau(X) = E [RIF (Y; q_\tau, F_y) | X] \quad (14)$$

Dentro desse escopo, tem-se que a derivada média da regressão acima representa o efeito marginal no quantil relativo a uma pequena mudança na distribuição das covariáveis, considerando-se todo o resto constante.

Dessa forma, tem-se que, para o τ -ésimo quantil (q_τ), a função de influência é definida como:

$$IF (Y; q_\tau, F_y) = \frac{(\tau - 1 \{Y \leq q_\tau\})}{f_y(q_\tau)} \quad (15)$$

Onde $f_y(q_\tau)$ corresponde à função densidade no quantil q_τ e $1 \{Y \leq q_\tau\}$ representa uma variável *dummy* que indica se o valor da variável de resultado se encontra abaixo de q_τ .

Nesse sentido, a abordagem apresentada pode ser implementada como uma regressão de MQO, sendo que, para os quantis, a variável dependente na regressão é descrita como segue (associando-se as equações 12 e 15):

$$RIF (Y; q_\tau, F_y) = q_\tau + \frac{(\tau - 1 \{Y \leq q_\tau\})}{f_y(q_\tau)} \quad (16)$$

Com base nisso, é possível executar uma regressão MQO dessa nova variável dependente nas covariáveis de forma a se verificar a mudança gerada em cada ponto da distribuição (do *lsalh_i* neste trabalho).

A partir dessa metodologia³⁰, os resultados seguem apresentados no capítulo 5 abaixo.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1 ESTATÍSTICAS GERAIS DA DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS

Para se verificar de forma mais detalhada as diferenças de remuneração ao longo da distribuição de salários, na Tabela 3 abaixo, seguem as estatísticas dos três primeiros quartis (relativos aos percentis 25%, 50% e 75%) para cada um dos grupos analisados (mulheres não agredidas e mulheres agredidas), calculadas sem a realização do procedimento de Heckman e da decomposição quantílica (no método Oaxaca-Blinder):

Tabela 3 – Diferenças de rendimentos laborais nos quartis da distribuição

Grupo/Diferença	Quartil					
	1°		2°		3°	
Não agredidas	1,7263***	(0,0038)	2,0364***	(0,0039)	2,5580***	(0,0058)
Agredidas	1,5740***	(0,0313)	1,9284***	(0,0280)	2,4271***	(0,0363)
Diferença	0,1523***	(0,0316)	0,1080***	(0,0282)	0,1309***	(0,0368)
Percentual (não agredidas/agredidas)	109,68%	-	105,60%	-	105,39%	-

Notas: a) ***, ** e * indicam significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%.

b) Erro padrão entre parênteses.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNS 2019.

Conforme se observa da Tabela 3, as diferenças entre os salários/hora dos dois grupos em todos os quartis são significativas, sendo essas, sempre, desfavoráveis às mulheres agredidas. No 1º quartil, a média do salário/hora das mulheres não expostas à violência física se mostra 9,68%³¹ superior à das mulheres agredidas, sendo a maior das diferenças observadas entre os quartis. Nos demais quartis, a vantagem do primeiro grupo sobre o segundo atinge cerca de 5% (5,60% no segundo e 5,39% no terceiro³²).

A partir dessa comparação preliminar dos rendimentos laborais das mulheres não agredidas e agredidas, verifica-se a existência de diferenças significativas entre os grupos que

³⁰ Implementada com a utilização do *software* Stata versão 15.1.

³¹ Dado que a diferença é de 0,1523 entre os grupos, ela representa 9,68% da média de rendimentos das mulheres agredidas (que é de 1,5740).

³² No 2º quartil, a diferença chega a 0,1080, o que corresponde a 5,60% dos rendimentos das mulheres expostas à violência (que atinge 1,9284). Já no 3º, ela alcança 0,1309, o que representa 5,39% da renda das mulheres agredidas nessa faixa (de 2,4271).

podem ser motivadas pelas características observáveis das trabalhadoras (que impactam diretamente em suas produtividades) ou por fatores que não são visualizados (como a discriminação nos trabalhos semanais de Oaxaca e Blinder). A verificação do papel desses componentes na distribuição de salários com a implementação da metodologia proposta acima é realizada nos próximos subcapítulos – nos quais são apresentados os resultados e as respectivas avaliações.

5.2 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Com a realização do procedimento de duas etapas de Heckman, obtém-se o modelo *probit* de participação no mercado de trabalho, cujos resultados seguem discriminados na Tabela 4:

Tabela 4 – Equação de participação na força de trabalho (emprego)

	Não agredidas		Agredidas	
<i>sem_educacao</i>	-0,2513***	(0,0228)	-0,1040	(0,1705)
<i>educ_fundamental</i>	0,1453***	(0,0144)	0,0565	(0,0931)
<i>educ_media</i>	0,3198***	(0,0104)	0,2729***	(0,0780)
<i>educ_superior</i>	0,5919***	(0,0154)	0,6063***	(0,1333)
<i>branco</i>	0,0085	(0,0095)	0,0075	(0,0743)
<i>limitacoes</i>	-0,2781***	(0,0117)	-0,1607**	(0,0665)
<i>idade</i>	0,1677***	(0,0014)	0,0839***	(0,0132)
<i>idade2</i>	-0,0020***	(0,0000)	-0,0010***	(0,0002)
<i>moradores</i>	-0,0593***	(0,0034)	-0,0865***	(0,0291)
<i>criancas</i>	-0,0212***	(0,0069)	0,0182	(0,0510)
<i>comodos</i>	0,0054**	(0,0023)	0,0160	(0,0203)
<i>lixo</i>	0,3245***	(0,0143)	0,2604**	(0,1123)
<i>rede_esgoto</i>	0,0789***	(0,0099)	0,0798	(0,0744)
<i>internet</i>	0,2504***	(0,0130)	0,2618***	(0,0911)
<i>centro_oeste</i>	0,0465***	(0,0154)	0,2589**	(0,1214)
<i>nordeste</i>	-0,2042***	(0,0124)	-0,0904	(0,0953)
<i>norte</i>	-0,1453***	(0,0145)	-0,1865*	(0,1119)
<i>sul</i>	0,0795***	(0,0156)	0,1175	(0,1242)
<i>conjuge</i>	-0,1532***	(0,0096)	-0,2532***	(0,0667)
<i>responsavel_dom</i>	0,1351***	(0,0099)	0,2122**	(0,0834)
<i>rendim_nao_trab</i>	-0,0005***	(0,0000)	-0,0013***	(0,0002)
<i>constante</i>	-3,4913***	(0,0329)	-1,6876***	(0,3108)
<i>lambda</i>	0,3484***	(0,0234)	0,2799*	(0,1701)
Observações	43.396	-	924	-

Notas: a) ***, ** e * indicam significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%.

b) Erro padrão entre parênteses.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNS 2019.

Conforme se verifica da Tabela 4, o grau de educação da mulher impacta diretamente na probabilidade de ela estar trabalhando. A conclusão do nível superior, por exemplo, eleva as possibilidades de trabalho em cerca de 60% para ambos os grupos (59,19% no de mulheres que não foram expostas à violência e 60,63% no de mulheres agredidas). Já a finalização do Ensino Médio, impacta em, aproximadamente, 30% a probabilidade de as mulheres participarem do mercado de trabalho (31,98% no primeiro grupo e 27,29% no segundo). Paralelamente, a ausência de qualquer nível de escolaridade reduz em 25,13% a possibilidade de as mulheres não expostas à violência trabalharem³³.

A existência de limitações geradas por doença crônica (física ou mental) ou de longa duração nas atividades habituais, por sua vez, diminui em 27,81% a probabilidade de as mulheres não agredidas e 16,07% a das mulheres agredidas estarem no mercado de trabalho.

Já a condição de possuir cônjuge/companheiro(a) reduz a possibilidade de as mulheres estarem trabalhando em 15,32% e 25,32% para o grupo de mulheres não agredidas e agredidas respectivamente.

Diante do exposto, observa-se que os resultados obtidos correspondem às expectativas, em especial, quanto ao alcance de maiores níveis de escolaridade – os quais impactam positiva e expressivamente a probabilidade de as mulheres participarem do mercado de trabalho.

Seguindo com a análise dos resultados, no próximo subcapítulo, são apresentadas as regressões das equações de rendimento laborais para os três quartis obtidas com a utilização da metodologia proposta neste trabalho.

5.3 REGRESSÕES QUANTÍLICAS DA EQUAÇÃO DE RENDIMENTOS LABORAIS

Conforme exposto acima, de acordo com o que indicaram as significâncias dos *lambdas* resultados do procedimento de Heckman apresentados na Tabela 4 (calculados para a integralidade da amostra), foi realizada, preliminarmente, a correção da seletividade em todos os quartis analisados. Nesse contexto, nas Tabelas 5 e 6 abaixo, seguem apresentados os resultados das regressões quantílicas das equações de rendimento já considerada a inclusão desse termo de correção:

³³ Não sendo significativo o resultado para o grupo das mulheres agredidas.

Tabela 5 – Regressões quantílicas da equação de rendimentos laborais das mulheres não agredidas

Variável	Quartil					
	1º		2º		3º	
<i>sem_educacao</i>	-0,1524***	(0,0254)	-0,1360***	(0,0256)	-0,2118***	(0,0372)
<i>educ_fundamental</i>	0,0214*	(0,0125)	-0,0401***	(0,0126)	-0,0852***	(0,0185)
<i>educ_media</i>	0,1590***	(0,0098)	0,1005***	(0,0099)	0,5300***	(0,0145)
<i>educ_superior</i>	0,3460***	(0,0133)	0,5567***	(0,0135)	1,0623***	(0,0198)
<i>branco</i>	0,0575***	(0,0079)	0,0928***	(0,008)	0,1637***	(0,0117)
<i>limitacoes</i>	-0,0896***	(0,0110)	-0,0727***	(0,0111)	-0,0833***	(0,0163)
<i>idade</i>	0,0250***	(0,0033)	0,0436***	(0,0033)	0,0746***	(0,0048)
<i>idade2</i>	-0,0003***	(0,0000)	-0,0005***	(0,0000)	-0,0008***	(0,0001)
<i>moradores</i>	-0,0253***	(0,0031)	-0,0520***	(0,0031)	-0,0982***	(0,0045)
<i>criancas</i>	-0,0164***	(0,0059)	0,0389***	(0,0059)	0,0923***	(0,0087)
<i>comodos</i>	0,0265***	(0,0018)	0,0402***	(0,0018)	0,0876***	(0,0027)
<i>lixo</i>	0,2638***	(0,0155)	0,1232***	(0,0157)	0,0800***	(0,0229)
<i>rede_esgoto</i>	0,1033***	(0,0082)	0,1064***	(0,0083)	0,1510***	(0,0122)
<i>internet</i>	0,2500***	(0,0134)	0,2086***	(0,0135)	0,2501***	(0,0197)
<i>centro_oeste</i>	0,0675***	(0,0122)	0,0522***	(0,0123)	0,0348*	(0,0181)
<i>nordeste</i>	-0,2887***	(0,0106)	-0,3161***	(0,0107)	-0,3015***	(0,0157)
<i>norte</i>	-0,0955***	(0,0124)	-0,1066***	(0,0125)	0,0700***	(0,0183)
<i>sul</i>	0,1031***	(0,0123)	0,1713***	(0,0125)	0,1134***	(0,0183)
<i>constante</i>	0,6392***	(0,0878)	0,5354***	(0,0887)	-0,0416	(0,1298)
<i>lambda</i>	0,0058	(0,0249)	0,1517***	(0,0251)	0,3886***	(0,0368)

Notas: a) ***, ** e * indicam significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%.

b) Erro padrão entre parênteses.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNS 2019.

Tabela 6 – Regressões quantílicas da equação de rendimentos laborais das mulheres agredidas

(continua)

Variável	Quartil					
	1º		2º		3º	
<i>sem_educacao</i>	-0,2342	(0,1940)	-0,1808	(0,1748)	-0,0578	(0,2339)
<i>educ_fundamental</i>	0,1073	(0,0903)	-0,0529	(0,0822)	-0,0456	(0,1120)
<i>educ_media</i>	0,1582**	(0,0775)	0,0728	(0,0707)	0,1972**	(0,0965)
<i>educ_superior</i>	0,2798**	(0,1188)	0,4111***	(0,1086)	1,0320***	(0,1490)
<i>branco</i>	-0,0132	(0,0676)	0,0224	(0,0618)	0,1847**	(0,0848)
<i>limitacoes</i>	-0,0897	(0,0650)	-0,0733	(0,0593)	-0,0043	(0,0811)
<i>idade</i>	0,0116	(0,0197)	0,0509***	(0,0178)	0,0806***	(0,0239)
<i>idade2</i>	-0,0001	(0,0002)	-0,0006***	(0,0002)	-0,0010***	(0,0003)
<i>moradores</i>	-0,0380	(0,0299)	-0,0990***	(0,0271)	-0,1571***	(0,0367)
<i>criancas</i>	0,0554	(0,0459)	0,0287	(0,0419)	0,0496	(0,0571)
<i>comodos</i>	0,0672***	(0,0180)	0,0564***	(0,0164)	0,0569**	(0,0226)
<i>lixo</i>	0,1545	(0,1306)	0,1908	(0,1179)	0,2995*	(0,1583)
<i>rede_esgoto</i>	0,2484***	(0,0674)	0,1136*	(0,0617)	0,1672**	(0,0847)
<i>internet</i>	0,2814***	(0,0990)	0,1720*	(0,0897)	0,1268	(0,1214)

Tabela 6 – Regressões quantílicas da equação de rendimentos laborais das mulheres agredidas

(conclusão)

Variável	Quartil					
	1°		2°		3°	
<i>centro_oeste</i>	0,0323	(0,1059)	0,1886*	(0,0972)	0,1205	(0,1340)
<i>nordeste</i>	-0,3064***	(0,0866)	-0,3501***	(0,0792)	-0,2710**	(0,1086)
<i>norte</i>	-0,0456	(0,1056)	-0,1121	(0,0964)	-0,2432*	(0,1318)
<i>sul</i>	0,1897*	(0,1080)	0,3596***	(0,0990)	0,2998**	(0,1364)
<i>constante</i>	0,6035	(0,5217)	0,3825	(0,4719)	-0,1357	(0,6359)
<i>lambda</i>	-0,0019	(0,2149)	0,3804**	(0,1936)	0,8391***	(0,2594)

Notas: a) ***, ** e * indicam significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%.

b) Erro padrão entre parênteses.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNS 2019.

Similarmente aos resultados obtidos para a probabilidade de participação no mercado de trabalho (discriminados na Tabela 4), verifica-se o expressivo impacto das variáveis ligadas à educação na determinação dos salários, para ambos os grupos analisados, nos três quartis decompostos de acordo com o método Oaxaca-Blinder (após a efetivação do procedimento de Heckman). Para as mulheres agredidas, a conclusão do nível médio impacta positivamente nos rendimentos laborais em 15,82% no 1º quartil e 19,72% no 3º quartil. Já para as mulheres não agredidas, essa graduação eleva em 15,90% o salário no quartil mais baixo e em 5,30% no mais alto. De forma mais expressiva ainda, a conclusão do Ensino Superior impacta de 27,98% (1º quartil) a 103,20% (3º quartil) nos salários das mulheres agredidas e de 34,06% a 106,23% nos das mulheres não agredidas (nos mesmos quartis respectivamente).

Apesar dos efeitos da cor da pessoa não terem se mostrado significativos para a definição da participação das mulheres no mercado de trabalho, para os rendimentos laborais, ser branca ou amarela impacta positivamente em 5,75%, 9,28% e 16,37% (1º, 2º e 3º quartil) no salário das mulheres não expostas à violência e 18,47% no das mulheres agredidas no quartil mais elevado³⁴.

Paralelamente, a existência de limitações geradas por doença crônica (física ou mental) ou de longa duração nas atividades habituais das mulheres reduz, em média, 8,19% do salário das mulheres não agredidas nos três quartis, não tendo se mostrado significativos os efeitos dessa condição no grupo de mulheres agredidas.

Apesar de ter sido apontada a necessidade de correção da seletividade amostral para a integralidade da amostra analisada³⁵ (conforme indicou a significância dos *lambdas*

³⁴ Não sendo significativos os efeitos no 1º e no 2º quartis para as mulheres agredidas.

³⁵ Qual seja, o total de mulheres que informou ter realizado atividade remunerada na semana de referência da PNS 2019, excluídas as servidoras públicas estatutárias e militares conforme discriminação constante do subcapítulo 3.1.

apresentados na Tabela 4 acima para ambos os grupos), quando da efetivação da decomposição, observa-se que, para o 1º quartil da distribuição de salários das mulheres, os *lambdas* não se mostram significativos (de acordo com os resultados discriminados na última linha, segunda coluna, das Tabelas 5 e 6), não sendo necessária, então, a execução do procedimento de Heckman para esse quartil.

Nesse contexto, na Tabela 7 abaixo, são apresentados os resultados da equação de rendimentos laborais para o 1º quartil de ambos os grupos sem a efetivação do referido procedimento:

Tabela 7 – Regressão quantílica da equação de rendimentos laborais do 1º quartil sem a realização do procedimento de Heckman

Variável	1º quartil			
	Não agredidas		Agredidas	
<i>sem_educacao</i>	-0,1513***	(0,0250)	-0,2343	(0,1954)
<i>educ_fundamental</i>	0,0209*	(0,0123)	0,1074	(0,0911)
<i>educ_media</i>	0,1579***	(0,0086)	0,1585**	(0,0719)
<i>educ_superior</i>	0,3442***	(0,0111)	0,2803***	(0,1041)
<i>branco</i>	0,0576***	(0,0079)	-0,0133	(0,0682)
<i>limitacoes</i>	-0,0886***	(0,0103)	-0,0899	(0,0618)
<i>idade</i>	0,0243***	(0,0015)	0,0118	(0,0139)
<i>idade2</i>	-0,0003***	(0,0000)	-0,0002	(0,0002)
<i>moradores</i>	-0,0251***	(0,0029)	-0,0381	(0,0249)
<i>criancas</i>	-0,0162***	(0,0059)	0,0555	(0,0458)
<i>comodos</i>	0,0265***	(0,0018)	0,0672***	(0,0181)
<i>lixo</i>	0,2623***	(0,0141)	0,1549	(0,1259)
<i>rede_esgoto</i>	0,1030***	(0,0081)	0,2485***	(0,0673)
<i>internet</i>	0,2491***	(0,0127)	0,2817***	(0,0953)
<i>centro_oeste</i>	0,0673***	(0,0122)	0,0326	(0,1034)
<i>nordeste</i>	-0,2880***	(0,0102)	-0,3065***	(0,0865)
<i>norte</i>	-0,0950***	(0,0122)	-0,0458	(0,1040)
<i>sul</i>	0,1028***	(0,0123)	0,1898*	(0,1085)
<i>constante</i>	0,6581***	(0,0357)	0,5998*	(0,3194)

Notas: a) ***, ** e * indicam significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%.

b) Erro padrão entre parênteses.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNS 2019.

Conforme se depreende da comparação entre os resultados para o 1º quartil constantes das Tabelas 5 e 6 (corrigidos pelo procedimento de Heckman) e os da Tabela 7 acima (sem sua realização), o impacto das variáveis não apresenta modificação expressiva, sendo de, no máximo, 2,86% a alteração nos coeficientes.

No próximo subcapítulo, são apresentados os resultados da decomposição Oaxaca-Blinder do salário/hora para ambos os grupos, considerando-se os mesmos regressores utilizados nas equações de rendimentos laborais acima expostas (e detalhados na Tabela 2).

5.4 DECOMPOSIÇÃO QUANTÍLICA

Na Tabela 8 abaixo, são apresentados os resultados da decomposição quantílica do logaritmo do salário/hora calculados sob o método Oaxaca-Blinder:

Tabela 8 – Decomposição de Oaxaca-Blinder do salário/hora

Grupo/Diferença/Efeito	Quartil					
	1º		2º		3º	
Não agredidas	1,7218***	(0,0195)	1,9196***	(0,0198)	2,2587***	(0,0290)
Agredidas	1,5753***	(0,1445)	1,6787***	(0,1308)	1,8763***	(0,1762)
Diferença (não agredidas – agredidas)	0,1466	(0,1458)	0,2409*	(0,1323)	0,3824**	(0,1786)
Percentual (não agredidas/agredidas)	109,30%	-	114,35%	-	120,38%	-
Efeito de características	0,0743***	(0,0109)	0,0885***	(0,0125)	0,1423***	(0,0192)
Efeito estrutural	0,0723	(0,1455)	0,1524	(0,1318)	0,2401	(0,1779)

Notas: a) ***, ** e * indicam significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%.

b) Erro padrão entre parênteses.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNS 2019.

Conforme se observa da Tabela 8, existem diferenças significativas vantajosas para o grupo de mulheres não expostas à violência física no 2º e no 3º quartis. No 2º quartil, essa diferença corresponde a 14,35% dos salários das mulheres agredidas e, no 3º quartil, ela atinge 20,38% desse referencial³⁶.

Para ambos os quartis, o Efeito de características se mostra significativo, representando 36,73% e 37,21% do total dessas diferenças respectivamente. O Efeito estrutural (decorrente de características não observáveis no modelo) não é significativo para nenhum desses quartis.

Na Tabela 9 abaixo, da mesma forma que realizado no término do subcapítulo 5.3, seguem discriminados os resultados para o 1º quartil sem a realização da correção de seletividade amostral promovida pelo procedimento de Heckman (a qual, dada a falta de

³⁶ Ou seja, no 2º quartil a diferença é de 0,2409 entre os grupos, o que representa 14,35% da média de rendimentos das mulheres agredidas (que alcança 1,6787). Já no 3º quartil, essa diferença atinge 0,3824, o que corresponde a 20,38% dos rendimentos das mulheres expostas à violência (que é de 1,8763).

significância dos *lambdas* constantes das Tabelas 5 e 6, não possuiria indicação para ser efetivada no referido quartil):

Tabela 9 – Decomposição de Oaxaca-Blinder do salário/hora para o 1º quartil sem a realização do procedimento de Heckman

Grupo/Diferença/Efeito	1º quartil	
Não agredidas	1,7263***	(0,0038)
Agredidas	1,5740***	(0,0316)
Diferença (não agredidas – agredidas)	0,1523***	(0,0318)
Percentual (não agredidas/agredidas)	109,68%	-
Efeito de características	0,0741***	(0,0109)
Efeito estrutural	0,0782***	(0,0300)

Notas: a) ***, ** e * indicam significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%.

b) Erro padrão entre parênteses.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNS 2019.

Com as estatísticas da Tabela 9, verifica-se que a vantagem salarial do grupo das mulheres não expostas à violência física representa 9,68% dos rendimentos laborais das mulheres agredidas, mostrando-se essa diferença significativa. Além disso, o Efeito estrutural (que corresponde à parcela da diferença que não pode ser definida pelas características observáveis) passa, também, a ser significativo e responsável por 51,33% da distância salarial verificada entre os grupos.

Essas diferenças de salários entre os dois grupos são corroboradas por resultados encontrados na literatura em análises como as de: (a) Ribero e Sánchez (2005), que detectaram que a violência doméstica na Colômbia reduziu os rendimentos femininos em cerca de 40%; (b) Sabia *et al.* (2013), que encontraram um declínio de 5,1% nos salários femininos de mulheres que sofreram violência sexual nos Estados Unidos; e (c) Lloyd (1997), que verificou que as mulheres agredidas possuíam rendimentos pessoais inferiores aos das não expostas à violência, assim como tinham uma maior probabilidade de já terem estado desempregadas ao longo de suas vidas.

Paralelamente, é possível entender que esse menor patamar de rendimentos laborais identificado para as mulheres agredidas decorra, também, da incapacitação para o trabalho provocada pela violência sofrida que as afasta de suas atividades e, conseqüentemente, repercute nos seus salários. Essa situação foi relatada por: (a) Miranda *et al.* (2010), que verificaram uma taxa de incapacitação de 16,2% para o trabalho remunerado dentre as mulheres que estavam em atividade na ocasião das agressões; e (b) Swanberg *et al.* (2005), que, com base

em diversos estudos na área, afirmaram que a VPI gera taxas significativas de absenteísmo no trabalho (alcançando níveis de até 50%).

Dos resultados apresentados nas tabelas acima, importa destacar, também, que a maior diferença de salários entre os grupos é verificada no quartil de renda mais elevada (representando essa 20,38% da média do grupo das mulheres agredidas, frente a 14,35% no 2º quartil e 9,68% no 1º quartil). Para compreensão dessa expressividade da diferença no quartil de renda mais alta, cabe considerar que, no 1º e no 2º quartis, as privações a que estão expostas as mulheres em relação a questões básicas como alimentação, moradia e saúde (cuja limitação é comum nos estratos da população com renda mais baixa) impactam de maneira mais uniforme as possibilidades de ambos os grupos. Por outro lado, no quartil de renda mais elevada, esses itens tendem a ser atendidos de forma adequada e seus efeitos afastados, assim, a violência física passa a ter um papel proeminente sobre a definição dos rendimentos laborais femininos, afetando a inserção e as oportunidades das mulheres agredidas no mercado de trabalho.

Quanto à decomposição entre o Efeito de características (decorrente das características observáveis consideradas na regressão) e o Efeito estrutural (advindo de questões não observáveis), verifica-se que, no 2º e no 3º quartis, apenas o primeiro apresentou significância estatística, representando 36,73% e 37,21% da vantagem salarial das mulheres não agredidas respectivamente. Já para o 1º quartil, ambos os efeitos têm valores significativos, sendo de 48,67% a proporção vinculada ao Efeito de características e de 51,33% a associada ao Efeito estrutural.

Relativamente à influência da violência física contra as mulheres no Efeito de características, é possível avaliar que ela opere gerando barreiras já na fase anterior ao processo de ingresso no mercado de trabalho, limitando a formação de capital humano das mulheres agredidas; ou seja, que os impactos causados pela violência em sua saúde física e mental restrinjam suas possibilidades de acesso à educação, ao aprendizado técnico e, conseqüentemente, reduzam a capacidade profissional e a produtividade que, potencialmente, alcançariam em uma situação em que não tivessem sofrido a violência.

Nesse sentido, o encadeamento proposto (entre a ocorrência de violência, os impactos na saúde feminina e os conseqüentes prejuízos na formação de capital humano) pode ser compreendido por intermédio da Teoria do Capital Humano, em especial, via o trabalho de Grossman (1972) que afirma ser a saúde um fator fundamental para a construção do capital humano, promovendo o bem-estar da pessoa e permitindo que ela se torne mais produtiva. Dessa forma, os danos causados à saúde pela violência imposta às mulheres prejudicariam a sua formação de capital humano e, no limite, seus potenciais rendimentos laborais. Ratificando

esse entendimento, Papageorge *et al.* (2021) avaliam que a violência doméstica pode restringir a acumulação de capital humano, impactando negativamente no sucesso profissional das mulheres agredidas.

Dentro desse contexto, cabe destacar que, conforme descrito na Tabela 2, a proporção de mulheres com limitações decorrentes de doenças crônicas ou de longa duração é muito superior no grupo das agredidas (sendo de 37,01% neste e de apenas 14,15% no grupo das mulheres que não sofreram violência física, o que corresponde a uma diferença de mais de 150%). Essa expressiva distância entre a participação de mulheres com limitações de saúde entre os grupos colabora com o raciocínio de que a VCM impacta negativamente na saúde feminina, o que pode restringir as suas possibilidades de acesso ao ensino/à habilitação profissional e prejudicar, por fim, a formação de capital humano das mulheres agredidas.

Conforme já exposto acima, o potencial de impacto da violência física na saúde feminina (além das lesões diretas) foi discriminado em diversos trabalhos como o de Eshelman e Levendosky (2012) que verificaram que as mulheres que sofreram violência psicológica, física e sexual ou violência psicológica e física apresentaram maior risco para problemas físicos, sendo que as que foram expostas aos três tipos de abuso apresentaram os níveis mais elevados de sintomas depressivos e de TEPT.

Nesse escopo, os efeitos sobre a saúde feminina foram apresentados por Fanslow e Robinson (2004) que observaram que a violência física ocasiona às mulheres problemas para realização de atividades usuais (sendo identificado quase o dobro da parcela de mulheres que sofreram violência grave ao longo da vida nessa situação frente àquelas que não foram agredidas – 26% e 13,2% do total desses grupos respectivamente) e dificuldades de concentração/falta de memória (sendo essas verificadas em 6% do total de mulheres pertencentes ao grupo que sofreu violência grave ao longo da vida, em 2,9% das que foram expostas à violência moderada e em apenas 1,3% das que não foram agredidas em qualquer grau). Adicionalmente, na análise de um efeito mais grave da VCM sobre a saúde feminina, esses mesmos autores mostraram que a exposição à violência física ao longo da vida das mulheres está associada a uma probabilidade de 2,5 a 4 vezes maior de ocorrência de sofrimento emocional/pensamentos suicidas e de 3 a 8 vezes maior de tentativas de suicídio (respectivamente, quanto a situações de violência moderada e grave) do que as encontradas para a população feminina não submetida a agressões³⁷. Essa significativa diferença de probabilidade de ocorrência de ideias associadas ao suicídio e de suas tentativas propriamente

³⁷ Conclusões com base em pesquisa sobre amostra de 2.674 mulheres na Nova Zelândia.

expressa a magnitude dos efeitos causados pela violência física na vida das mulheres e o quanto esse ato pode prejudicar a possibilidade de as vítimas procurarem se dedicar à promoção de sua educação e ao desenvolvimento de suas capacidades técnicas (dado que, se elas atingem o ponto de pensar ou tentam, de fato, prescindir de suas vidas, não devem dispor mais de qualquer vontade e força para buscar por novas perspectivas/oportunidades educacionais/laborais).

Por outro lado, em relação ao Efeito estrutural (que se mostrou significativo no 1º quartil somente), mesmo sendo ele consequência de fatores não observáveis no modelo, é possível avaliar que a violência física gera uma fragilidade emocional nas mulheres agredidas que as torna menos seguras para participar do mercado de trabalho e buscar oportunidades de emprego que as remunerem de uma forma mais vantajosa. Assim, parte do Efeito estrutural observado poderia representar essa fragilidade que as mulheres agredidas possuem em razão da situação de violência à que foram submetidas, sendo esse mais um dos resultados indiretos que esse ato causa nas mulheres.

Nesse sentido, o *World report on violence and health*³⁸ afirma que viver sob uma situação de violência impacta na autoestima da mulher e na sua capacidade de participação na vida pública. Essa associação é apresentada, também, na literatura em trabalhos como os de Lloyd (1997) que afirma que reduções na autoconfiança geradas em situações de violência podem prejudicar a empregabilidade das mulheres agredidas ao longo do tempo.

Assim, a violência acaba por delimitar a forma com que as mulheres agem, sua postura diante das demais pessoas e os lugares onde lhes é permitido estar dentro da sociedade, o que pode criar a referida fragilidade emocional que gera prejuízos no seu desempenho no mercado de trabalho. Esses prejuízos podem se apresentar por meio de restrições causadas no potencial de produtividade, nas progressões profissionais e nas possibilidades de acesso a melhores vagas de emprego dessas mulheres, as quais ocorreriam sob uma estrutura emocional regular em uma situação livre de violência.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou verificar os efeitos da violência física contra a mulher no mercado de trabalho no Brasil, em especial, sobre os respectivos rendimentos salariais. A fim de se atingir esse objetivo, foram utilizados os dados da PNS 2019 e o método de decomposição de

³⁸ Krug E. G. *et al.* (2002).

Oaxaca-Blinder para examinar a ocorrência de diferentes hiatos entre os salários das mulheres não agredidas e agredidas ao longo da distribuição. Para estimação das regressões quantílicas salariais (após a realização da correção da seletividade amostral³⁹), utilizou-se a ferramenta *RIF* de forma a se implementar a decomposição de Oaxaca-Blinder nos diferentes quartis da distribuição de salários.

Como resultado, observou-se que, em todos os quartis analisados, existe uma vantagem salarial do grupo das mulheres que não foram expostas à violência física frente ao grupo das que sofreram agressão. Quanto à magnitude dessa vantagem, ela se mostra maior no quartil de renda mais elevada, o que pode indicar que, nos patamares de rendas inferiores, as privações impostas às mulheres prejudicam de forma similar as possibilidades de ambos os grupos, o que não se observa no nível de renda mais elevada no qual as necessidades básicas tendem a estar asseguradas. Assim, no quartil mais alto, a influência da violência física sobre os salários femininos se destaca por meio de seus efeitos negativos na inserção e nas oportunidades das mulheres agredidas no mercado de trabalho.

Relativamente à decomposição, verificou-se que, no 2º e no 3º quartis respectivamente, 36,73% e 37,21% da vantagem salarial das mulheres não agredidas se deve ao Efeito de características, ou seja, é explicada pelas características observáveis incluídas na regressão; por outro lado, o Efeito estrutural – advindo de questões não observáveis – não apresentou significância estatística. Já no 1º quartil, foi identificado que o hiato salarial pode ser atribuído tanto ao Efeito de características quanto ao Efeito estrutural.

Com relação ao Efeito de características, avalia-se que os impactos ocasionados pela violência na saúde (física e/ou mental) das mulheres podem limitar suas possibilidades de acesso à educação e ao aprendizado técnico. Assim, com base na Teoria do Capital Humano, é possível entender que essas restrições acabam por impedir a qualificação profissional e a maior produtividade que poderiam ser alcançadas em uma situação de não exposição à violência.

Paralelamente, quanto ao Efeito estrutural (que se mostrou significativo no 1º quartil somente), entende-se que a violência física pode gerar uma fragilidade emocional nas mulheres agredidas que as torna menos seguras para participar do mercado de trabalho e buscar oportunidades de emprego cuja remuneração seja mais vantajosa. Assim, dado que o Efeito estrutural advém de fatores não observáveis no modelo, é possível avaliar que parte dele represente essa fragilidade que as mulheres agredidas adquirem em decorrência da situação de violência à que foram expostas.

³⁹ Por meio do procedimento de duas etapas proposto por Heckman (1979), quando indicada a sua necessidade.

Diante dos resultados obtidos neste trabalho e apesar de potenciais limitações impostas pela subnotificação dos casos de violência física⁴⁰, entende-se que, a fim de se reduzir as desvantagens das mulheres agredidas associadas aos resultados do mercado de trabalho, são necessárias políticas públicas direcionadas ao seu acesso à educação e à capacitação técnica que objetivem a melhora do processo de formação de capital humano desse grupo. Nesse sentido, estudos que visem à identificação das lacunas de ensino e de qualificação das mulheres expostas à violência física podem colaborar com a redução das diferenças aqui verificadas.

⁴⁰ Menor que a identificada para a sexual, mas potencialmente existente em razão da frequente exposição da vítima para a formalização da denúncia.

REFERÊNCIAS

- ABADIE, Alberto; IMBENS, Guido W. Large sample properties of matching estimators for average treatment effects. **Econometrica**, v. 74, n. 1, p. 235-267, 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0262.2006.00655.x>. Acesso em 11 jun. 2022.
- ACEMOGLU, Daron; AUTOR, David. **Lectures in Labor Economics**, 2009. Disponível em: <https://economics.mit.edu/sites/default/files/inline-files/Lectures%20in%20Labor%20Economics.pdf>. Acesso em 23 ago. 2023.
- AGÜERO, Jorge. Causal estimates of the intangible costs of violence against women in Latin America and the Caribbean. 2013. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2367687>. Acesso em 29 ago. 2023.
- AIZER, Anna. The Gender Wage Gap and Domestic Violence. **American Economic Review**, v. 100, n. 4, p. 1847-1859, set./2010. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.100.4.1847>. Acesso em 31 out. 2022.
- ANDERBERG, Dan *et al.* Unemployment and domestic violence: Theory and evidence. **The Economic Journal**, v. 126, n. 597, p. 1947-1979, dez./2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/eoj.12246>. Acesso em 20 out. 2022.
- ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mostly harmless econometrics: An empiricist's companion**. Princeton: Princeton university press, 2009.
- ARENAS-ARROYO, Esther; FERNANDEZ-KRANZ, Daniel; NOLLENBERGER, Natalia. Intimate partner violence under forced cohabitation and economic stress: Evidence from the COVID-19 pandemic. **Journal of Public Economics**, v. 194, p. 104350, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0047272720302140>. Acesso em 18 jul. 2023.
- ARVATE, Paulo *et al.* Structural Advocacy Organizations and Intersectional Outcomes: Effects of Women's Police Stations on Female Homicides. **Public Administration Review**, v. 82, n. 3, p. 503-521, 2022. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4023315>. Acesso em 11 jun. 2022.
- BACCHUS, Loraine J. *et al.* Recent intimate partner violence against women and health: a systematic review and meta-analysis of cohort studies. **BMJ open**, v. 8, n. 7, p. e019995, 2018. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/8/7/e019995.abstract>. Acesso em 18 ago. 2023.
- BECKER, Gary S. **Human Capital: A theoretical and empirical analysis with special reference to education**. 3ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- BECKER, Gary S.; CHISWICK, Barry R. Education and the Distribution of Earnings. **The American Economic Review**, v. 56, n. 1/2, p. 358-369, 1966. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1821299>. Acesso em 18 jul. 2023.

BECKER, Kalinca L. Deficiência, Emprego e Salário no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 49, n.1, p. 39-64, jan.-mar./2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-41614912klb>. Acesso em 20 set. 2022.

BLINDER, Alan S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. **Journal of Human resources**, v. 8, n. 4, p. 436-455, 1973. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/144855>. Acesso em 27 out. 2022.

BOURGAULT, Shelby; PETERMAN, Amber; O'DONNELL, Megan. Violence against women and children during COVID-19—one year on and 100 papers in. **Washington DC: Center for Global Development**, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep30898.pdf>. Acesso em 18 jun. 2023.

BOWLUS, Audra J.; SEITZ, Shannon. Domestic violence, employment, and divorce. **International economic review**, v. 47, n. 4, p. 1113-1149, 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2354.2006.00408.x>. Acesso em 01 set. 2023.

BROWNE, Angela; SALOMON, Amy; BASSUK, Shari S. The impact of recent partner violence on poor women's capacity to maintain work. **Violence against women**, v. 5, n. 4, p. 393-426, 1999. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/10778019922181284>. Acesso em 20 ago. 2023.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL. **Costs of Intimate Partner Violence Against Women in the United States**. Atlanta: CDC, 2003. Disponível em: <https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/ipvbook-a.pdf>. Acesso em 20 dez. 2022.

CERQUEIRA, Daniel R. de C. (coord.) *et al.* **Atlas da violência 2021**. Brasília: 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em 28 maio 2022.

CHO, Hyunkag. Racial differences in the prevalence of intimate partner violence against women and associated factors. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 2, p. 344-363, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260511416469>. Acesso em 21 jul. 2023.

CHRISLER, Joan C.; FERGUSON, Sheila. Violence against women as a public health issue. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 1087, n. 1, p. 235-249, 2006. Disponível em: <https://nyaspubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1196/annals.1385.009>. Acesso em 28 ago. 2023.

COLL, Carolina *et al.* Intimate partner violence in 46 low-income and middle-income countries: an appraisal of the most vulnerable groups of women using national health surveys. **BMJ Global Health**, n. 5, jan./2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32133178/>. Acesso em 19 nov. 2022.

CRESPO, Anna Risi Vianna *et al.* Decomposição do componente de discriminação na desigualdade de rendimentos entre raças nos efeitos idade, período e coorte. **Encontro da ANPEC**. Natal: ANPEC, 2004. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A144.pdf>. Acesso em 21 ago. 2023.

DATASENADO. **Pesquisa Violência doméstica e familiar contra a mulher – 2021.**

Brasília: 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pesquisa2021>. Acesso em 28 maio 2022.

DE HOLANDA, Eliane Rolim et al. Fatores associados à violência contra as mulheres na atenção primária de saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 1, p. 1-9, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/408/40854841014/40854841014.pdf>. Acesso em 25 ago. 2023.

DOKKEDAHN, Sarah *et al.* The psychological subtype of intimate partner violence and its effect on mental health: protocol for a systematic review and meta-analysis. **Systematic reviews**, v. 8, n. 1, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://systematicreviewsjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13643-019-1118-1>. Acesso em 19 nov. 2022.

ECHEVERRIA, Jasmin G. M.; OLIVEIRA, M. H. B. de; ERTHAL, Regina M. de C. Violência doméstica e trabalho: percepções de mulheres assistidas em um Centro de Atendimento à Mulher. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 13-24, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/yJHt6MbVrSfySDDLZnJW35w/?lang=pt&format=html>. Acesso em 20 ago. 2023.

ESHELMAN, Lee; LEVENDOSKY, Alytia A. Dating violence: Mental health consequences based on type of abuse. **Violence and victims**, v. 27, n. 2, p. 215-228, 2012. Disponível em: <https://connect.springerpub.com/content/sgrvv/27/2/215.abstract>. Acesso em 02 ago. 2023.

FANSLOW, Janet L.; ROBINSON, E. M. Violence against women in New Zealand: prevalence and health consequences. 2004. Disponível em: <https://researchspace.auckland.ac.nz/handle/2292/4673>. Acesso em 20 jul. 2023.

FIRPO, Sergio; FORTIN, Nicole M.; LEMIEUX, Thomas. Unconditional quantile regressions. **Econometrica**, v. 77, n. 3, p. 953-973, mai./2009. Disponível em: https://economics.ubc.ca/wp-content/uploads/sites/38/2013/05/pdf_paper_thomas-lemieux-unconditional-quantile-regressions.pdf. Acesso em 27 out. 2022.

FLOR, Luisa S. *et al.* Quantifying the effects of the COVID-19 pandemic on gender equality on health, social, and economic indicators: a comprehensive review of data from March, 2020, to September, 2021. **The Lancet**, v. 399, n. 10344, p. 2381-2397, 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/article/S0140-6736\(22\)00008-3/fulltext](https://www.thelancet.com/article/S0140-6736(22)00008-3/fulltext). Acesso em 13 ago. 2023.

FORTIN, Nicole; LEMIEUX, Thomas; FIRPO, Sergio. Decomposition methods in economics. In: **Handbook of labor economics**. Elsevier, 2011. p. 1-102. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0169721811004072>. Acesso em 20 jul. 2023.

GOODMAN, Lisa A.; KOSS, Mary P.; RUSSO, Nancy Felipe. Violence against women: Physical and mental health effects. Part I: Research findings. **Applied and preventive psychology**, v. 2, n. 2, p. 79-89, 1993. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0962184905801143>. Acesso em 28 jul. 2023.

GROSSMAN, Michael. On the Concept of Health and the Demand for Health. **Journal of Political Economy**, v. 80, p. 223-255, mar./abr. 1972. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/259880?mobileUi=0&>. Acesso em 15 jan. 2022.

HECKMAN, James J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica: Journal of the econometric society**, p. 153-161, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1912352>. Acesso em 15 jan. 2022.

HENKE, Alexander; HSU, Lin-chi. The gender wage gap, weather, and intimate partner violence. **Review of Economics of the Household**, v. 18, n. 2, p. 413-429, jun./2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11150-020-09483-1>. Acesso em 27 out. 2022.

HESTER, Marianne. Future Trends and Developments: Violence Against Women in Europe and East Asia. **Violence Against Women**, v. 10, n. 12, p. 1431-1448, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240491319_Future_Trends_and_Developments_Violence_Against_Women_in_Europe_and_East_Asia. Acesso em 19 nov. 2022.

KELLY, Theresa C.; STERMAC, Lana. Underreporting in sexual assault: A review of explanatory factors. **Baltic Journal of Psychology**, v. 9, n. 1/2, p. 30-45, 2008. Disponível em: https://dspace.lu.lv/dspace/bitstream/handle/7/1317/BalticJournPsychol-2008-Vol-9_No-1-2.pdf?sequence=1&isAllowed=y#page=30. Acesso em 18 ago. 2023.

KILPATRICK, Dean G. What is violence against women: Defining and measuring the problem. **Journal of interpersonal violence**, v. 19, n. 11, p. 1209-1234, 2004. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260504269679>. Acesso em 29 ago. 2023.

KRANTZ, Gunilla; GARCIA-MORENO, Claudia. Violence against women. **Journal of Epidemiology & Community Health**, v. 59, n. 10, p. 818-821, 2005. Disponível em: <https://jech.bmj.com/content/59/10/818.short>. Acesso em 18 jul. 2023.

KRUG, Etienne G. *et al.* **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/42495>. Acesso em 20 jul. 2023.

LLOYD, Susan. The Effects of Domestic Violence on Women's Employment. **Law & Policy**, n. 19, p. 139-167, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9930.00025>. Acesso em 16 nov. 2022.

LOUREIRO, Paulo R. A. Uma resenha teórica e empírica sobre economia da discriminação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 57, p. 125-157, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/bFwFyPjTdFLzLpCpJbqd7Zq/>. Acesso em 20 ago. 2023.

MARCOTTE, Dave E.; WILCOX-GOK, Virginia. Estimating earning losses due to mental illness: a quantile regression approach. **Journal of Mental Health Policy and Economics**, v. 6, n. 3, p. 123-134, 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/14646005/>. Acesso em 19 jan. 2022.

MARIANO, Francisca Z. *et al.* Diferenciais de rendimentos entre raças e gêneros, nas regiões metropolitanas, por níveis ocupacionais: Uma análise através do pareamento de

Ñopo. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 48, p. 137-173, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-41614815137fedd>. Acesso em 18 nov. 2022.

MARQUES, Emanuele S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?lang=pt>. Acesso em 20 set. 2023.

MINCER, Jacob. Schooling, Experience, and Earnings. *Human Behavior & Social Institutions*, n. 2, 1974. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED103621>. Acesso em 08 ago. 2023.

MIRANDA, Milma P. de M.; PAULA, Cristiane S. de; BORDIN, Isabel A. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 27, n. 4, p. 300-308, 2010. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v27n4/a09v27n4.pdf>. Acesso em 02 ago. 2023.

MOE, Angela M.; BELL, Myrtle P. Abject economics: The effects of battering and violence on women's work and employability. **Violence Against Women**, v. 10, n. 1, p. 29-55, 2004. Disponível em: https://scholarworks.wmich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=sociology_pubs. Acesso em 19 nov. 2022.

MONTGOMERY, Brooke EE *et al.* Violence against women in selected areas of the United States. **American journal of public health**, v. 105, n. 10, p. 2156-2166, 2015. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/abs/10.2105/AJPH.2014.302430>. Acesso em 15 ago. 2023.

OAXACA, Ronald. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International economic review**, v. 14, n. 3, p. 693-709, out./1973. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2525981>. Acesso em 27 out. 2022.

OMS. **Understanding and addressing violence against women**, 2012. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77432/WHO_RHR_12.36_eng.pdf?sequence=1. Acesso em 10 nov. 2022.

OMS. **Violence against women – Intimate partner and sexual violence against women**. Geneva: World Health Organization, 2019. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/329889/WHO-RHR-19.16-eng.pdf>. Acesso em 20 maio 2023.

OMS. **Violence Against Women Prevalence Estimates, 2018**. Switzerland: World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>. Acesso em 25 jun. 2023.

ONU. **Declaration on the Elimination of Violence against Women** – Resolução nº 48/104 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1993. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/179739>. Acesso em 15 jul. 2023.

PAPAGEORGE, Nicholas W. *et al.* Health, human capital, and domestic violence. **Journal of human resources**, v. 56, n. 4, p. 997-1030, 2021. Disponível em: <https://jhr.uwpress.org/content/56/4/997.short>. Acesso em 20 ago. 2023.

PIQUERO, Alex R. *et al.* Domestic violence during the COVID-19 pandemic-Evidence from a systematic review and meta-analysis. **Journal of criminal justice**, v. 74, p. 101806, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S004723522100026X>. Acesso em 25 ago. 2023.

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade: 2015. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100137>. Acesso em 18 nov. 2023.

RIBERO, Rocio; SÁNCHEZ, Fabio. **Determinants, effects and costs of domestic violence**. 2005. Disponível em: <https://repositorio.uniandes.edu.co/handle/1992/40995>. Acesso em 07 jul. 2023.

SABIA, Joseph J.; DILLS, Angela K.; DESIMONE, Jeffrey. Sexual violence against women and labor market outcomes. **American Economic Review**, v. 103, n. 3, p. 274-278, mai./2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23469742>. Acesso em 12 nov. 2022.

SANZ-BARBERO, Belén; BARÓN, Natalia; VIVES-CASES, Carmen. Prevalence, associated factors and health impact of intimate partner violence against women in different life stages. **PLoS one**, v. 14, n. 10, p. e0221049, 2019. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0221049>. Acesso em 25 ago. 2023.

SARDINHA, Lynnmarie *et al.* Global, regional, and national prevalence estimates of physical or sexual, or both, intimate partner violence against women in 2018. **The Lancet**, v. 399, n. 10327, p. 803-813, 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)02664-7/fulltext?s=09](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)02664-7/fulltext?s=09). Acesso em 30 jul. 2023.

SCRIPTORE, Juliana Souza. **Impactos do saneamento sobre saúde e educação: uma análise espacial**. São Paulo: USP, 2016.

SCHULTZ, Theodore William *et al.* **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SEDIRI, Sabine *et al.* Women's mental health: acute impact of COVID-19 pandemic on domestic violence. **Archives of women's mental health**, v. 23, p. 749-756, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00737-020-01082-4>. Acesso em 20 set. 2023.

SHREEVES, Rosamund. **Violence against women in the EU: State of play**. Belgium: European Parliamentary Research Service, 2021. Disponível em:

<https://policycommons.net/artifacts/1896955/violence-against-women-in-the-eu/2647490/>. Acesso em 18 nov. 2022.

SILVA, Lídia E. L. da; OLIVEIRA, M. L. C. de. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3523-3532, nov./2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.11302014>. Acesso em 02 jul. 2022.

SRI, Anna S. *et al.* COVID-19 and the violence against women and girls: “The shadow pandemic”. **International journal of social psychiatry**, v. 67, n. 8, p. 971-973, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/0020764021995556>. Acesso em 20 set. 2023.

SWANBERG, Jennifer; LOGAN, T. K.; MACKE, Caroline. Intimate partner violence, employment and the workplaces: An interdisciplinary perspective. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 22, n. 3, p. 263-267, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26636665>. Acesso em 01 set. 2023.

TAYLOR, Mary J.; BARUSCH, Amanda Smith. Personal, family, and multiple barriers of long-term welfare recipients. **Social Work**, v. 49, n. 2, p. 175-183, 2004. Disponível em: <https://academic.oup.com/sw/article-abstract/49/2/175/1918896>. Acesso em 29 ago. 2023.

TEIXEIRA, Pedro N. **Jacob Mincer: the founding father of modern labor economics**. United Kingdom: Oxford University Press, 2007.

TOLMAN, Richard M.; ROSEN, Daniel. Domestic violence in the lives of women receiving welfare: Mental health, substance dependence, and economic well-being. **Violence against women**, v. 7, n. 2, p. 141-158, 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1077801201007002003>. Acesso em 29 ago. 2023.

VIVES-CASES, Carmen *et al.* The effect of intimate partner violence and other forms of violence against women on health. **Journal of public health**, v. 33, n. 1, p. 15-21, 2011. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpubhealth/article/33/1/15/1548112>. Acesso em 29 jul. 2023.

YARI, Arezoo *et al.* Frequency and determinants of domestic violence against Iranian women during the COVID-19 pandemic: A national cross-sectional survey. **BMC public health**, v. 21, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12889-021-11791-9>. Acesso em 18 jun. 2023.